



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Desvendando o *sexting*: como as construções de gênero impactam a dinâmica das mensagens sexuais.

Lara de Souza Feitosa

Orientadora: Prof^a. Dr^a Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Brasília, 2020

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Desvendando o *sexting*: como as construções de gênero impactam a dinâmica das mensagens sexuais.

Lara de Souza Feitosa

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, 2020

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Desvendando o *sexting*: como as construções de gênero impactam a dinâmica das mensagens sexuais.

Lara de Souza Feitosa

Banca examinadora

Brasília, 08 de dezembro de 2020.

Prof^a. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello (Presidente) PsiCC/PCL/IP/UnB

Prof^a. Dra. Valeska Zanello (Membro Titular)

Prof^a. Dra. Denise Falcke (Membro Externo)

Prof^a. Dra. Isabela Machado da Silva (Suplente)

Agradecimentos

À Silvia, por ter sido mais que uma excelente orientadora, mas uma amiga nesses últimos anos. Agradeço sua compreensão, seu afeto, seu cuidado. Agradeço por ter me mostrado que a academia pode ser humanizada e que orientadores podem ser verdadeiramente parceiros nesse difícil processo da pós-graduação. O mestrado se mostrou um momento de intensas mudanças e emoções, e mais de uma vez eu me lembro de ter dito que se tivesse outra orientadora talvez não tivesse conseguido chegar ao fim. Obrigada por ter me acolhido em todas as crises e por ter me ajudado a construir um caminho para meu crescimento pessoal e profissional, sempre com seu sorriso padrão no rosto. Saber que podia contar com você foi essencial para finalizar esse ciclo e ter a certeza de que você estava ali para me ajudar fez toda a diferença. Você trouxe uma leveza para o trabalho que só você poderia ter trazido. E eu serei sempre grata por isso. Você é uma inspiração para mim desde a primeira vez em que foi minha professora na graduação e me sinto privilegiada por ter a oportunidade de aprender com você em tantas áreas. Não à toa te escolhi como orientadora de pesquisa, de estágio e agora de mestrado (quem sabe um doutorado ainda nos espera).

Às professoras que compõem a banca examinadora da defesa desta dissertação - Valeska Zanello, Denise Falcke e Isabela Machado - por terem aceitado compartilhar seus conhecimentos acerca da temática para promover melhorias neste trabalho. Além de terem me inspirado de diferentes formas na execução desta pesquisa com suas produções transformadoras e críticas. Agradeço às equipes dos PAVs Gardênia, Flor de Lótus e Sempre Viva, pelo auxílio e pelo interesse em participar da execução desta pesquisa. Em especial à Karla, à Emília e à Janaína, pela disponibilidade e pela acolhida.

Agradeço à minha família pelo apoio e amor incondicional. Ao meu pai, que divide comigo a paixão pela pesquisa e me ensina tanto sobre as dificuldades e os encantos da academia. À minha mãe, pelo exemplo de profissional, você foi meu primeiro modelo na psicologia e será sempre uma inspiração com sua coragem e veracidade. Nossas conversas

familiares são muito importantes para minha formação e sou muito grata por ter pais que dividem comigo interesses, descobertas, desconstruções e reconstruções. À minha irmã, que talvez seja a pessoa que mais acredita em mim no mundo, e me faz sentir bem e segura mesmo quando eu não tenho certeza das minhas decisões. À minha pequena Alice, que mais atrapalhou do que ajudou no desenvolvimento desse trabalho com seus irrecusáveis pedidos de atenção, mas saber que teria mais tempo para estar com você quando defendesse foi com certeza uma grande motivação para escrever.

À Lê, que me trouxe para o estudo do *sexting*. Foi pelo seu convite para fazermos pesquisa juntas, ainda na graduação, que tudo começou. Mas para muito além disso, preciso agradecer pela parceria de vida. Minha amiga de todas as horas. Obrigada por estar sempre ao meu lado e por se fazer presente mesmo nos momentos mais difíceis na correria da vida. Obrigada por constantemente me lembrar que nunca estarei sozinha. Agradeço imensamente por me dar forças e me encher de afeto sempre que necessário. Você é parte essencial de tantas construções minhas, inclusive da que originou esse trabalho, que nem sei como eu seria sem você.

À Bruna, que me encorajou e me acompanhou em todas as etapas iniciais da inscrição e do ingresso no mestrado. Esse trabalho existe graças a você, que tanto me ajudou quando pensei em desistir. Obrigada pela paciência com as minhas crises e pelo infinito suporte para tudo, desde a escrita do projeto até os desafios da docência. À Rai, que compartilhou comigo todas as angústias dos últimos anos. Cada conversa e desabafo foram essenciais para conseguir concluir essa etapa. Sou muito grata por ter vivido mais essa fase com você ao meu lado e por você estar sempre disposta para me ouvir. Agradeço também a todos os meus amigos que torceram e me incentivaram inúmeras vezes ao longo dos últimos anos. O apoio de vocês me deu forças em muitos momentos de desânimo.

Agradeço à Universidade de Brasília, que foi minha casa nos últimos sete anos. Estar na UnB me apresentou um mundo novo muito mais humano, diverso, inclusivo e solidário.

Os encontros, as rodas de conversa, os eventos, as palestras e tudo mais vivenciado nesse universo que é a UnB me mudaram completamente e sei que sou uma pessoa e profissional melhor por isso. É difícil descrever todas as modificações que a Universidade me promoveu, mas sou muito grata pela oportunidade de viver tudo o que a universidade pública tem a oferecer.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que financiou essa pesquisa e que possibilita o desenvolvimento de pesquisas de qualidade no nosso país.

Sumário

Lista de Tabelas, Figuras e Anexos.....	9
Resumo	10
Abstract	12
Apresentação da dissertação.....	14
Aproximação da pesquisadora com o tema	15
Referências	18
Manuscrito I: Sexting e violência de gênero entre jovens: Uma revisão integrativa de literatura¹.....	19
Sexting e Violência de Gênero: Compreendendo a Dinâmica	23
Método	26
Resultados.....	27
Categoria 1: Motivações para o Sexting e Percepções Acerca do Fenômeno	30
Categoria 2: Assédio Online, Bullying e Cyberbullying	31
Categoria 3: Comportamentos de Risco e Vulnerabilidades Psicossociais.....	32
Categoria 4: Sexting e Diferenças Etárias.....	33
Categoria 5: Violência, Gênero e Conteúdo do Sexting	34
Categoria 6: Sexting, Comportamentos Sexuais Online e Off-line	36
Discussão.....	38
Considerações Finais	40
Referências	41
Manuscrito II: O sexting no Brasil: a percepção dos brasileiros sobre mensagens sexuais.....	48
Método	54
Resultados.....	55
Categoria 1: Definições.....	56
Categoria 2: Experiência pessoal.	57
Categoria 3: Faixa etária.	57
Categoria 4: Riscos atrelados.	58
Categoria 5: Motivações.....	59
Categoria 6: Orientações sobre sexting.....	60
Discussão.....	61
Considerações finais	65
Referências	66
Manuscrito III: Exposição de sexting e sexismo: os impactos da desigualdade de gênero na vivência de meninas adolescentes.....	71
Método	76

Resultados.....	77
Apresentação dos casos	77
Categoria 1: Dinâmica do sexting.	78
Categoria 2: Exposição indesejada.....	80
Categoria 3: Impactos da exposição.....	81
Categoria 4: Recursos para enfrentamento.....	82
Categoria 5: Gênero.	87
Discussão.....	92
Considerações finais	100
Referências	101
Considerações finais da dissertação.....	106

Lista de Tabelas, Figuras e Anexos

Tabela 1 – <i>Descrição dos artigos utilizados na revisão, com delineamento e amostra.....</i>	27
--	----

Resumo

O *sexting* é uma prática com visibilidade crescente no Brasil, presente em notícias, filmes e até na legislação mais recente. No entanto, ainda existem poucas pesquisas e intervenções sobre como a troca de mensagens sexuais ocorre na realidade brasileira, a partir das peculiaridades culturais do país. Por ser uma prática nova, as percepções sociais sobre o *sexting* ainda são permeadas por tabus e muitas vezes o confundem com outros fenômenos que podem estar atrelados à prática, dentre eles a violência de gênero. O objetivo desse trabalho foi contribuir para o conhecimento da dinâmica do *sexting* no Brasil, considerando sua relação com a violência de gênero e como ela ocorre na sociedade brasileira, a fim de favorecer intervenções futuras adequadas à realidade cultural do país. Para isso, foram realizados três estudos: uma revisão de literatura, uma pesquisa empírica com público geral e um estudo de caso múltiplo com adolescentes que já passaram por exposição não consentida de *sexting*. O primeiro estudo teve objetivo de sistematizar os estudos sobre *sexting* e violência de gênero publicados em revistas nacionais e internacionais. Foram encontrados 383 artigos e, após aplicados os critérios de exclusão, foram analisados 21 artigos. Os resultados evidenciaram que o *sexting* não é um fator de risco por si só, mas possui riscos atrelados como violência de gênero, por meio da pornografia de vingança e do *slut-shaming*. O segundo estudo teve objetivo de investigar a percepção de brasileiros acerca do *sexting* e obter um panorama de como o fenômeno ocorre na realidade brasileira. Realizou-se um *survey online* com perguntas discursivas sobre a prática e os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que ainda há muitos estereótipos na percepção das pessoas acerca do fenômeno, o que corrobora a literatura internacional. O *sexting* é parte da vivência sexual de muitas pessoas, mas continua sendo frequentemente confundido com violências que não são inerentes a ele. Ficou evidente a necessidade de educação sexual no contexto digital, que informe sobre direitos sexuais e explore as diferenças entre *sexting* saudável e violências. O último estudo teve como objetivo compreender as experiências de

meninas adolescentes que passaram por exposições não consentidas de *sexting*. Foi realizado um estudo de caso múltiplo a partir de entrevistas semiestruturadas com duas adolescentes do sexo feminino. Utilizou-se análise temática para o tratamento e a análise dos dados. Os resultados revelaram que a desigualdade de gênero é percebida em diversas etapas das experiências com *sexting*, desde a forma como a mensagem é solicitada até as características e consequências da exposição. Destaca-se, porém, que há a diferença entre o *sexting* e a exposição, de modo que a exposição é vista como uma violação da experiência sexual e não como parte do *sexting*. A partir das percepções das adolescentes e das consequências da exposição que elas vivenciaram, novamente foi evidenciada a necessidade da educação sexual. É fundamental que sejam elaboradas intervenções para prevenir violências e promover relações saudáveis. Para tanto, é preciso questionar as construções sociais de gênero hegemônicas que perpetuam violências.

Palavras-chave: Sexting; educação sexual; violência de gênero; comportamento sexual.

Abstract

Sexting is a practice with increasing visibility in Brazil, present in the news, movies and even in the most recent legislation. However, there is still little research and interventions on how sexual messages occurs in the Brazilian reality, based on the country's cultural peculiarities. As it is a new practice, social perceptions about sexting are still permeated by taboos and often confused with other phenomena that may be linked to the practice, including gender violence. The purpose of this work was to contribute to the knowledge of the dynamics of sexting in Brazil, considering its relationship with gender violence and how it occurs in Brazilian society, in order to favor future interventions appropriate to the country's cultural reality. To achieve that, three studies were carried out: a literature review, an empirical research with the general public and a multiple case study with adolescents who had already been non-consensually exposed. The first study aimed to systematize studies on sexting and gender violence published in national and international journals. 383 articles were found and, after applying the exclusion criteria, 21 articles were analyzed. The results showed that sexting is not a risk factor by itself, but has risks linked to gender violence, through revenge pornography and slut-shaming. The second study aimed to investigate the perception of Brazilians about sexting and obtain an overview of how the phenomenon occurs in the Brazilian reality. An online survey was conducted with discursive questions about the practice and the data were analyzed using content analysis. The results showed that there are still many stereotypes in people's perception of the phenomenon, which corroborates the international literature. Sexting is part of the sexual experience of many people, but it is still frequently confused with violence that is not inherent in it. It became evident the need for sex education in the digital context to inform about sexual rights and explore the differences between healthy sexting and violence. The last study aimed to understand the experiences of adolescent girls who had lived non-consensual sexting exposures. A multiple case study was conducted based on semi-structured interviews with two female adolescents. Thematic

analysis was used for data treatment and analysis. The results revealed that gender inequality is perceived in several stages of experiences with sexting, from the way the message is requested to the characteristics and consequences of exposure. It is noteworthy, however, that there is a difference between sexting and exposure, so that exposure is seen as a violation of sexual experience and not as part of sexting. Based on the adolescents' perceptions and the consequences of the exposure they experienced, the need for sexual education was again highlighted. It is essential that interventions are developed to prevent violence and promote healthy relationships. For that, it is necessary to question the hegemonic gender social constructions that perpetuate violence.

Keywords: Sexting; sex education; gender violence; sexual behavior.

Apresentação da dissertação

O uso de dispositivos tecnológicos para fins de comunicação tem sido ampliado nas últimas décadas, repercutindo nas interações afetivas e sexuais da sociedade e tornando a tecnologia uma importante forma de iniciar e de manter relacionamentos. Um indicativo dessa influência é a crescente prática de *sexting* (Drouin, Ross & Tobin, 2015; Korenis & Billick, 2014). O *sexting* pode ser definido como mensagens de conteúdo sexual transmitidas via celular ou internet (Ybarra & Mitchell, 2014). Essas mensagens podem ser de texto, de voz e podem ou não conter vídeos e imagens. No Brasil, esse fenômeno se manifestou inicialmente por meio dos ‘nudes’, termo associado às imagens sexualizadas, mas ainda há pouca produção científica nacional acerca do tema e os termos associados ao fenômeno ainda não foram traduzidos ou popularizados.

Apesar da presença e do crescimento do *sexting* na sociedade atual, este ainda é um tema recente na área científica. Não há um consenso acerca da dinâmica do *sexting*, contudo, estudos internacionais demonstram resultados consistentes relacionando o *sexting* com a violência de gênero (Drouin, Ross, & Tobin, 2015; Mejía-Soto, 2014; Morelli, Bianchi, Baiocco, Pezzuti, & Chirumbolo, 2016; Walker, Sanci, & Temple-Smith, 2013). Esses estudos indicam a necessidade de se ampliar a investigação sobre o tema, a fim de compreender de forma mais aprofundada essa relação, com intuito de prevenir que a prática continue permeada por essa violência e possa ocorrer apenas de forma consensual, sem violações. Destaca-se que, para interromper as vitimizações, é necessário que os estudos sejam acompanhados de transformações sociais.

Recentemente, a legislação sobre a exposição do *sexting* no Brasil passou por avanços significativos com a inclusão da violação de privacidade e do combate expresso às produções e às divulgações inapropriadas de *sexting* na Lei 11.340/2006 – conhecida como Lei Maria da Penha – no ano de 2018. Ademais, a divulgação inapropriada de cenas de sexo também foi tipificada pela Lei 13.718/18, classificando a exposição de *sexting* como crime. Embora

tenham ocorrido avanços na lei, não são observadas novas propostas de políticas públicas para atender as pessoas que sofrerem esses crimes. Até o momento, a ONG SaferNet é a responsável por fazer o levantamento dos casos de *sexting* expostos no Brasil e oferecer possíveis encaminhamentos, mas não há órgãos governamentais preparados para atender especificamente essa demanda, demonstrando a necessidade de intervenções nessa direção no contexto brasileiro.

Aproximação da pesquisadora com o tema

Minha trajetória com o *sexting* e o interesse pelo tema se iniciaram ainda na adolescência, quando duas colegas de escola tiveram suas imagens expostas sem seus consentimentos. Os meus primeiros debates sobre a prática foram decorrentes das consequências difíceis e de longos meses que vi as duas sofrerem. Uma delas decidiu se mudar para morar com familiares em outro estado, após começar a receber mensagens de assédio de adolescentes de outras escolas. A outra também foi frequentemente assediada e diversos adolescentes tiveram acesso à imagem que a expunha. Nenhum dos meninos sofreu impactos, e quase ninguém sabia os nomes deles. A partir desses e de outros casos com os quais tive contato na vida pessoal, surgiu a primeira pergunta que motivou a pesquisa na área: por que as mulheres sofrem mais consequências negativas com a exposição de *sexting* que os homens? Ao longo da trajetória enquanto pesquisadora, principalmente do presente trabalho, essa pergunta se ampliou para a busca por tentar compreender o que há por trás da desigualdade de gênero observada na prática e como podemos prevenir esses impactos para proteger as mulheres de violações.

Esse trabalho se originou a partir de uma pesquisa de iniciação científica na minha graduação sobre a dinâmica do *sexting*, buscando compreender o que já se sabia sobre o fenômeno internacionalmente. O primeiro contato com o fenômeno revelou a carência de trabalhos brasileiros, evidenciando que ainda faltam informações sobre como a prática ocorre no contexto nacional. Além disso, foi percebido que de fato os estudos internacionais

encontravam uma significativa relação entre o *sexting* e a desigualdades de gênero, que não era abarcada nos poucos trabalhos nacionais. A pesquisa inicial também expôs que a maioria dos estudos sobre o tema são quantitativos e que temos poucos trabalhos que apresentem informações de caráter mais subjetivo, como as percepções das pessoas sobre a prática. Essas descobertas motivaram uma pesquisa qualitativa mais ampla, voltada à realidade brasileira e que considerasse os aspectos sociais possivelmente atrelados à prática, especialmente o gênero.

A pesquisa sobre *sexting* no Brasil ainda é insuficiente para compreendermos as peculiaridades culturais da prática no país, porém, o tema é bastante debatido popularmente, inclusive na mídia. De forma geral, a prática é reduzida aos casos em que as imagens são expostas, o que favorece um discurso proibicionista e polariza a discussão. Por isso, são necessários estudos científicos acerca do fenômeno na nossa sociedade. Nos últimos anos ocorreram diversas mudanças na legislação de crimes virtuais, que trouxeram o debate sobre *sexting* à tona e incluíram as violações da prática nas leis brasileiras. No entanto, essas modificações legais não foram acompanhadas de propostas de intervenções que promoviam a prática saudável do *sexting* ou de formas apropriadas de acolhimento para vítimas de exposição. Também não foram apresentadas intervenções para prevenções de abusos relativos à prática. Isto é, a penalização não foi complementada com propostas para evitar violações ou para educar a população sobre o tema.

Sabendo que essas intervenções são essenciais para que haja mudança social, a ideia inicial deste trabalho era propor uma intervenção visando evitar abusos e conscientizar as pessoas sobre a troca de mensagens. No entanto, considera-se que ainda não temos informações suficientes sobre a realidade do *sexting* no Brasil para o planejamento de uma intervenção efetiva para a nossa população. Portanto, é preciso reconhecer a necessidade de estudos prévios e de avaliação de necessidades para que seja possível elaborar intervenções de qualidade, adequadas à sociedade brasileira e às informações atuais sobre o fenômeno. Com

base nessas compreensões, a pesquisa apresentada nesse trabalho foi desenvolvida com o intuito de ampliar as informações sobre a realidade do *sexting* no Brasil, trazendo as percepções e a dinâmica observada pelos praticantes.

Esta dissertação está organizada em três artigos. O primeiro artigo é fruto da pesquisa que começou como PIBIC e foi finalizada no mestrado. O estudo é uma revisão integrativa da literatura, que apresenta um panorama internacional sobre o *sexting* e sua relação com gênero. Foram analisados 21 artigos sobre o tema produzidos em diversos países e publicados desde os anos 2000. A partir dos dados encontrados na revisão de literatura foi elaborada uma pesquisa empírica que constitui o segundo artigo desta dissertação. Esse estudo teve objetivo de investigar a percepção de brasileiros acerca do *sexting*, analisando o que as pessoas relatam conhecer sobre o fenômeno e como veem a prática a partir de suas próprias experiências. Com base nos resultados encontrados nos dois primeiros artigos, foi desenvolvido um roteiro de entrevista semiestruturada para o terceiro estudo. O último artigo é composto por um estudo de caso múltiplo com duas adolescentes que passaram por situações de exposição não consentida de *sexting*, com objetivo de investigar aspectos da experiência das meninas e identificar especificidades da violência de gênero percebidas na visão de adolescentes sobre o fenômeno.

Dessa forma o trabalho foi construído a partir de três perspectivas: literatura internacional, percepções de brasileiros sobre o fenômeno, e visão de adolescentes que já vivenciaram violações na prática do *sexting*. A escolha pela limitação ao público adolescente para o último estudo foi decorrente da compreensão de que as intervenções devem ser iniciadas ainda nessa faixa etária a fim de evitar violências posteriores em qualquer idade. Espera-se que as informações apresentadas nesta dissertação favoreçam o planejamento de intervenções de prevenção e de promoção de saúde adequadas à realidade brasileira em relação à prática do *sexting*. Compreende-se que conhecer mais das particularidades culturais presentes na dinâmica da troca de mensagens sexuais é a primeira etapa para possíveis

intervenções efetivas que não só auxiliem a reconhecer abusos e riscos, mas que promovam relacionamentos saudáveis, admitindo as novas e diversas formas de relações afetivo-sexuais na sociedade atual.

Referências

- Drouin, M., Ross, J., & Tobin, E. (2015). *Sexting: A new, digital vehicle for intimate partner aggression?*. *Computers in Human Behavior*, *50*, 197-204.
- Korenis, P., & Billick, S. B. (2014). Forensic Implications: Adolescent Sexting and Cyberbullying. *The Psychiatric Quarterly*, *85*, 97–101.
- Mejía-Soto, G. (2014). Sexting: una modalidad cada vez más extendida de violencia sexual entre jóvenes. *Perinatología Reproducción Humana*, *28*(4):217-221.
- Morelli, M., Bianchi, D., Baiocco, R., Pezzuti, L., & Chirumbolo, A. (2016). Not-allowed sharing of sexts and dating violence from the perpetrator's perspective: The moderation role of sexism. *Computers in human behavior*, *56*, 163-169.
- Walker, S., Sanci, L., & Temple-Smith, M. (2013). Sexting: young women's and men's views on its nature and origins. *Journal of Adolescent Health*, *52*(6): 697-701.

Manuscrito I: *Sexting* e violência de gênero entre jovens:

Uma revisão integrativa de literatura¹

Resumo

Esta revisão teve como objetivo sistematizar os estudos sobre *sexting* e violência de gênero publicados entre 2000 e 2016 em revistas nacionais e internacionais. A busca foi realizada nas bases de dados - BVS- Psi, Psychlit, Medline, LILACS e Oasis. Foram encontrados 383 artigos. Aplicados os critérios de exclusão, foram analisados 21 artigos. Os resultados evidenciaram que o *sexting* não é um fator de risco a priori. O risco está relacionado a variáveis como conteúdo das mensagens, quando expressam violência, e idade dos praticantes, indicando que quanto menor a idade maior o risco. Encontrou-se que existem modalidades relacionadas à violência de gênero, como pornografia de vingança e *slut-shaming*, porém esses conteúdos não são inerentes ao *sexting*.

Palavras-chave: *sexting*, revisão integrativa, violência de gênero, adolescentes, *online sex*, jovens

¹Artigo publicado na Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa.

Souza, L., & Lordello, S. R. M. (2020). Sexting e violencia de gênero entre jovens: uma revisão integrativa de literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36. doi: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3644>

Abstract

This review aimed to systematize the studies on sexting and gender violence published between 2000 and 2016 in national and international journals. The search was performed in the databases - BVS-Psi, Psychlit, Medline, LILACS, and Oasis. It were found 383 articles. After applying the exclusion criteria, 21 articles were analyzed. The results showed that sexting is not an a priori risk factor. The risk is related to variables such as the content of the messages, when it expresses violence, and age of the practitioners, indicating that the younger the age the greater the risk. It has been found that there are modalities related to gender violence, such as revenge pornography and slut-shaming, but these contents are not inherent to sexting.

Keywords: sexting, integrative review, gender violence, teens, online sex, youth.

O cenário atual nos desafia a compreender a presença da tecnologia como uma das principais mediadoras dos relacionamentos afetivos. Os progressos tecnológicos favoreceram o acesso aos equipamentos em diferentes classes sociais e possibilitaram que o uso dos dispositivos *online* fosse ampliado rapidamente e impactasse o público que interage por essa via, sobretudo adolescentes e jovens adultos (Brown & Bobkowski, 2011; Ybarra & Mitchell, 2014). Um dos comportamentos que requer atenção nesse campo é a prática do *sexting*, bastante comum entre os jovens na condução de seus relacionamentos, sejam eles de natureza efêmera ou consolidada (Drouin, Vogel, Surbey, & Stills, 2013).

As mídias sociais apresentam vantagens para crianças e adolescentes, como aprimorar comunicação, conexão social e outras habilidades. Observa-se que sua frequência de uso tem aumentado significativamente. No Brasil, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 apontou que 74,9 % da população brasileira possui acesso à internet (IBGE, 2018). Os jovens de 20 e 24 anos foram o grupo com maior proporção de uso (88,4%), seguido pelo grupo entre 18 e 19 anos (88,1%). Destaca-se que essa proporção foi maior que 70% em todos os grupos da faixa etária entre 10 e 24 anos. A pesquisa indicou que o celular se tornou a principal forma de acessar a internet em todas as regiões do país, sendo o equipamento mais usado para acessar a internet no domicílio em 97,0% da população e o único meio de acesso em 43,3% das residências. Esses dados chamam atenção para o crescimento do alcance da internet no país em diferentes faixas etárias e classes econômicas. Ademais, 95,5% das pessoas com mais de dez anos que acessaram a internet em 2017 afirmaram que o fizeram para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos de mensagens, excluindo aplicativos de e-mail.

Os avanços tecnológicos têm provocado mudanças significativas e estruturais em diferentes áreas sociais e industriais (Argento et al., 2016). Essas mudanças geram impacto nas vidas *online* e off-line das pessoas, uma vez que permitem acesso a maior diversidade de conteúdos, contato com pessoas distantes, relacionamentos *online*, modificações da visão de

mundo e de comunidade (O'Keeffe & Clarke-Pearson, 2012). A tecnologia tornou-se, então, uma importante forma de iniciar e manter relacionamentos afetivos. Korenis e Billick (2014) apontam que a construção da sexualidade e da identidade dos jovens atualmente está significativamente ligada à internet e aos celulares. Assim, a tecnologia também passou a representar uma maneira de iniciar e manter relacionamentos sexuais a partir do *sexting* (Drouin, Ross, & Tobin, 2015).

O termo *sexting* é considerado um neologismo do século XXI, que une as expressões *sex*, referente a sexo, à expressão *texting*, referente à mensagem, reunindo, em sua significação, a troca interpessoal de textos autoproduzidos e sexualizados em seu conteúdo, podendo ou não ser acrescidos de imagens por fotos e vídeos transmitidas por telefones celulares e internet (Albury, Crawford, Byron, & Mathews, 2013). No Brasil, a expressão *sexting* é associada ao envio de imagens do corpo, popularmente conhecido como “nudes”, gíria utilizada por jovens para fazer referência às imagens com conteúdo sexual recebidas ou enviadas. Estudos internacionais têm se preocupado com a temática do *sexting* e suas repercussões na vida dos adolescentes e jovens (Albury et al., 2013; Draper, 2012; Doring, 2014; Ferguson, 2011; Mitchell, Finkelhor, Jones, & Wolak, 2012), mas há divergência entre os resultados.

No campo dos relacionamentos afetivos, o meio virtual tem criado terminologias diversificadas. Para a compreensão do *sexting*, é preciso diferenciá-lo de outras expressões que também se articulam ao meio virtual, mas que apresentam peculiaridades. O *cyberbullying*, por exemplo, é o *bullying* praticado pela via digital. É uma forma de agressão repetida, intencionalmente ofensiva e que envolve relação de poder sobre a vítima. O *sexting* pode vir a se tornar *cyberbullying*, caso os conteúdos sexuais das mensagens sejam divulgados sem autorização e conhecimento do parceiro que as enviou (Bauman, 2015). Há outros termos também relacionados, como a pornografia de vingança, que envolve o compartilhamento virtual intencional de cenas e imagens íntimas, sem consentimento, com

vistas a causar constrangimento nas vítimas. As imagens podem ser conseguidas com ou sem a permissão da vítima, geralmente em um contexto de relacionamento, por exemplo, namoro ou casamento (Citron & Franks, 2014). Outro conceito importante é o *slut-shaming*, uma versão sexista de *bullying*, que trata da exposição feminina nomeando mulheres como vulgares. Gong e Hoffman (2012) definem o *slut-shaming* como insultos de conteúdo sexual – como comportamento sexual não aprovado socialmente – que possuem o intuito de envergonhar ou degradar a pessoa criticada. Esses insultos adjetivam a expressão da sexualidade feminina como provocativa e promíscua, desqualificando mulheres que se envolvem em determinadas atividades sexuais. Considerado um *bullying* tipicamente direcionado às mulheres, o *slut-shaming* alerta para a violência de gênero presente em seus conteúdos (Gong & Hoffman, 2012). O objetivo desta revisão de literatura é apresentar o panorama do *sexting* em sua relação com a violência de gênero, visando compreender de que maneira a violência de gênero em relacionamentos afetivos influencia o comportamento de *sexting*.

Sexting e Violência de Gênero: Compreendendo a Dinâmica

A dinâmica do *sexting* ainda é pouco conhecida e permeada por diversos estereótipos, principalmente acerca de quem são os usuários dessa prática. Drouin et al. (2013) realizaram um estudo com estudantes universitários, a maioria heterossexual, com o intuito de investigar a atual conjuntura em que o *sexting* ocorre. Nessa pesquisa, os participantes responderam a um survey *online*, que continha perguntas sobre (1) o tipo de relacionamento mantido pelas pessoas envolvidas - namoro, sexo casual ou extraconjugal; (2) o tipo de *sexting* - texto, vídeo, foto, ato sexual por telefone ou vídeo de ato sexual ao vivo via Skype; (3) o conteúdo das fotos ou vídeos - nudez completa ou parcial, ato sexual com outra pessoa ou sozinho, pose sugestiva; (4) a mídia usada para enviar as mensagens; (5) a motivação para enviar as mensagens; (6) os riscos percebidos e reais.

Os resultados da pesquisa de Drouin et al. (2013) evidenciaram que o *sexting* ocorre em diferentes tipos de relacionamentos, apesar de ser mais recorrente em relacionamentos consolidados como namoro ou casamento. O celular é o meio mais comum de transmitir mensagens de conteúdos sexuais, mas não é o único. As mensagens de texto são o tipo de *sexting* mais usual e, em casos de fotos ou vídeos, o conteúdo mais frequente é nudez parcial ou pose sugestiva. As motivações variaram de acordo com o tipo de relacionamento, no entanto, as mais indicadas, em geral, foram flerte, pedido do parceiro e iniciar relação sexual posterior. A exposição da intimidade foi o risco mais encontrado e esteve associado às relações de sexo casual e extraconjugais. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por outros autores, indicando que essas podem ser características comuns à dinâmica do *sexting* (Houck, Barker, Rizzo, Hancock, Norton, & Brown, 2016; Mitchell, Finkelhor, Jones, & Wolak, 2012).

Em relação aos riscos associados à prática do *sexting*, um possível risco é o uso da violência e da coerção para obrigar o parceiro a enviar mensagens de conteúdo sexual (Drouin, Ross, & Tobin, 2015; Morelli, Bianchi, Baiocco, Pezzuti, & Chirumbolo, 2016). Como apontam Drouin et al. (2015), é comum observar múltiplas formas de violências entre parceiros românticos. Com o aumento de *sexting* entre parceiros românticos, torna-se relevante observar se a coerção para a prática do *sexting* já pode ser considerada uma nova forma de violência conjugal. Assim, essas autoras realizaram um estudo com estudantes universitários heterossexuais em relacionamentos consolidados para investigar se a coerção para o comportamento de *sexting* está relacionada à coerção sexual e à violência física entre parceiros. Os resultados desse estudo revelaram que um em cada cinco participantes já praticou *sexting* sem querer fazê-lo e que mais mulheres relataram já ter vivido essa situação, sugerindo que é comum haver coerção na prática de *sexting* em relacionamentos afetivos e que existe uma diferença de gênero nesse cenário. As participantes mulheres também demonstraram maior trauma ao longo do tempo após terem sido coagidas a praticar *sexting*. O

estudo também demonstrou que a correlação entre coerção para o comportamento de *sexting* e o *sexting* indesejado foi maior para participantes mulheres, indicando novamente que há diferença de gênero no fenômeno. Ademais, foi encontrada uma correlação positiva significativa entre coerção para a prática de *sexting* e outras formas de violência.

A violência de gênero relacionada ao *sexting* também foi apontada no estudo de Morelli et al. (2016). A pesquisa foi realizada com adolescentes e jovens adultos, que responderam questionários sobre comportamento de *sexting*, violência no namoro e sexismo ambivalente. Este se refere ao sexismo hostil e sexismo benevolente. O sexismo hostil se refere à crença da inferioridade das mulheres, gerando a ideia de que mulheres devem ser dominadas (Morelli et al., 2016). Já o sexismo benevolente se constitui pelas crenças de que a diferença entre gêneros é complementar e inclui pensamentos paternalistas acerca de mulheres, como a ideia de que mulheres precisam ser cuidadas por homens (Swim & Hyers, 2009). Os autores encontraram que o encaminhamento de mensagens de *sexting* a terceiros está positivamente correlacionado à violência no namoro e ao sexismo hostil e benevolente, sendo essa situação mais comum entre adolescentes que entre jovens adultos. Esse resultado e os resultados do estudo de Drouin et al. (2015) indicam que a violência de gênero está relacionada ao comportamento de *sexting*, seja na coerção para enviar mensagens ou no risco de exposição das mensagens.

Por outro lado, Lee e Crofts (2015) realizaram uma revisão da literatura sobre *sexting* e afirmaram que há um julgamento moral associado ao estudo do fenômeno. Isto porque os artigos em geral tratam do *sexting* como uma prática exclusivamente perigosa, colocando-o como um fator de risco em muitos programas de educação sexual. Essa visão é problematizada por vários autores em virtude de os participantes dos seus estudos declararem que o *sexting* faz parte de seus relacionamentos e nem todos os casos contenham indicativos de coerção (Drouin et al., 2013; Lee & Crofts, 2015; Mitchell, Finkelhor, Jones, & Wolak, 2012). Essas e outras problematizações serão contempladas neste estudo.

Método

Foi realizada uma revisão integrativa (Beya & Nicoll, 1998), obedecendo às seguintes etapas: (a) formulação e delimitação do objetivo de pesquisa; (b) definição das bases de dados; (c) escolha das palavras-chave para busca; (d) busca e organização dos resultados; (e) seleção dos artigos a partir dos critérios de inclusão e exclusão; (f) obtenção dos dados dos artigos selecionados; (g) categorização dos artigos e (h) interpretação dos dados. Foram consultadas cinco bases de dados – BVS- Psi, Psychlit, Medline, LILACS, Oasis. Em virtude de o *sexting* ter sido muito recentemente configurado como objeto de estudo, as bases foram escolhidas com intuito de compreender como o fenômeno é visto pela psicologia. Para as buscas foram utilizados os descritores: (*cyberbullying*) AND (*cyber sex*); (*cyberbullying*) AND (*online sex*); (*cyber sex*) AND (*online sex*); "*sexting*" AND "*cyberbullying*"; (*sexting*) AND (*cyberbullying*); (*sexting*) AND (*online sex*); (*sexting*) AND (*cyber sex*). A busca foi realizada no mês de julho de 2016.

Os artigos encontrados foram analisados de acordo com o resumo. Estabeleceu-se como critérios de inclusão que os estudos fossem empíricos e publicados a partir do ano 2000. Foram aceitos artigos escritos em inglês, português ou espanhol. Contudo, foram mantidas as palavras-chave apenas em inglês devido ao fato de os termos associados ao *sexting* serem mais utilizados nesse idioma e à falta de tradução dos termos buscados, como *sexting* e *cyberbullying*. Para exclusão, os critérios foram: artigos repetidos nas bases de dados; artigos não disponíveis na internet; capítulos de livros, teses e dissertações; resumos e trabalhos publicados em congressos; estudos que não estabeleciam relações entre *sexting*, *cyberbullying* e violência de gênero, ainda que abordassem esses temas. Segundo os critérios de inclusão e exclusão, os artigos selecionados foram lidos e analisados por dois juízes independentes.

Após avaliação dos juízes e utilizando os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 21 artigos. Foram realizadas análises quantitativas e qualitativas dos estudos

encontrados. O ano de publicação do artigo, o país de origem do estudo, o delineamento utilizado e as características dos participantes foram analisados quantitativamente.

Resultados

Foram encontrados nas bases selecionadas 383 artigos condizentes com os critérios estabelecidos para busca. Os resultados específicos de cada plataforma foram: Psychlit (n = 145); Medline (n = 92); BVS- Psi (n = 76); LILACS (n = 50) e Oásis (n = 20).

A análise do ano de publicação apresentou os seguintes resultados: 2003 (1 artigo); 2007 (1 artigo); 2010 (1 artigo); 2011 (3 artigos); 2013 (4 artigos); 2014 (4 artigos); 2015 (3 artigos); 2016 (4 artigos). Os resultados do país de origem revelaram os seguintes países: Estados Unidos (10 artigos); Espanha (2 artigos); Austrália (1 artigo); Itália (1 artigo); Holanda (1 artigo); México (1 artigo); Nigéria (1 artigo); Portugal (1 artigo); Suécia (1 artigo). Dois artigos foram de origem multinacional, ambos realizados em países da Europa. Os delineamentos utilizados nos estudos foram predominantemente quantitativos (14 estudos, 66,7%). O segundo delineamento mais usual foi o misto (4 estudos, 19%) e, por fim, o delineamento qualitativo (3 estudos, 14,3%). Os delineamentos e amostras dos estudos encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1

Descrição dos artigos utilizados na revisão, com delineamento e amostra

Referência do artigo	Delineamento do estudo	Amostra do estudo
Morelli, Bianchi, Baiocco, Pezzuti e Chirumbolo (2016)	Quantitativo	Adolescentes e jovens adultos
Stanley, Barter, Wood, Aghtaie, Larkins, Lanau e Overlien (2016)	Misto	Adolescentes de 14 a 17 anos
Jonsson, Bladh, Priebe e Svedin (2015)	Quantitativo	Adolescentes estudantes do último ano do ensino médio

Ybarra e Mitchell (2014)	Quantitativo	Adolescentes de 13 a 18 anos
Bauermeister, Yeagley, Meanley e Pingel (2014)	Quantitativo	Homens de 18 a 24 anos que fazem sexo com outros homens
Walker, Sancí e Temple-Smith (2013)	Qualitativo	Jovens de 15 a 20 anos
Benotsch, Snipes, Martin e Bull (2013)	Quantitativo	Jovens de 18 a 25 anos
Ševčíková (2016)	Misto	Adolescentes de 11 a 16 anos
Weisskirch, Drouin e Delevi (2016)	Quantitativo	Jovens de 18 a 25 anos heterossexuais
Dowdell, Burgess e Flores (2011)	Quantitativo	Adolescentes, jovens adultos e ofensores sexuais sem faixa etária definida
Olumide, Adams e Amodu (2015)	Misto	Adolescentes
Bannink, Broeren, van de Looij-Jansen, de Waart e Raat (2014)	Quantitativo	Adolescentes de 12 a 14 anos
Zweig, Dank, Yahner e Lachman (2013)	Quantitativo	Adolescentes em um relacionamento atual ou recente
Bonomi, Anderson, Nemeth, Rivara e Buettner (2013)	Quantitativo	Jovens de 18 a 21 anos
Mitchell, Finkelhor, Wolak, Ybarra e Turner (2011)	Quantitativo	Adolescentes de 10 a 17 anos
Ybarra, Espelage e Mitchell (2007)	Quantitativo	Adolescentes de 10 a 15 anos
Grov, Gillespie, Royce e Lever (2011)	Misto	Adultos heterossexuais em um relacionamento estável
Mejía-Soto (2014)	Qualitativo	Adolescentes de 13 e 14 anos

Alonso-Ruido, Rodríguez-Castro, Pérez-André e Magalhães (2015)	Qualitativo	Adolescentes de 15 a 18 anos
Carvalheira e Allen-Gomes (2003)	Quantitativo	Usuários de chats <i>online</i> de conteúdo sexual, sem faixa etária definida
Ballester, Gil Llario, Martínez e Gil (2010)	Quantitativo	Jovens de 18 a 25 anos

Acerca das características das amostras verificou-se que a maioria dos estudos foi realizado apenas com adolescentes (12 estudos, 57,1%), seguido de estudos exclusivos sobre jovens adultos (6 estudos, 28,6%) e estudos mistos com adolescentes e jovens adultos (3 estudos, 14,3%). Dois estudos incluíram adultos acima de 25 anos em suas amostras, sendo um exclusivo de jovens adultos e um misto. Em relação à sexualidade dos participantes, observaram-se 11 estudos em que não foi declarada a orientação sexual dos participantes (52,4%); oito estudos em que a maioria dos participantes era heterossexual (38,1%), sendo dois deles exclusivamente com participantes heterossexuais; um estudo feito exclusivamente com homens homossexuais (4,8%); e um estudo em que havia o mesmo número de participantes heterossexuais e lésbicas, gays, bissexuais e de outras identidades não heterossexuais (4,8%). A declaração do estado civil não foi solicitada em 16 estudos (76,2%), porém um deles exigia que os participantes já tivessem tido um relacionamento anteriormente. Em três estudos, os participantes declararam relacionamento atual ou recente (14,3%), em um desses estudos a amostra foi delimitada para adultos que declararam relacionamento estável com duração superior a três anos. Em dois estudos (9,5%), foram admitidas como participantes pessoas solteiras e em relacionamentos curtos ou estáveis.

Para a análise de objetivos e resultados, foi feita uma pré-avaliação dos objetivos dos 21 artigos eleitos, que foram agrupados com base nas semelhanças de seus objetivos. Em

seguida, foram elaboradas as categorias representativas desse agrupamento: (1) *Motivações para o sexting e percepções acerca do fenômeno - três estudos*; (2) *Assédio online, bullying e cyberbullying - quatro estudos*; (3) *Comportamentos de risco e vulnerabilidades psicossociais - três estudos*; (4) *Sexting e diferenças etárias - um estudo*; (5) *Violência, gênero e conteúdo do sexting - quatro estudos*; (6) *Sexting, comportamentos sexuais online e off-line - seis estudos*.

Categoria 1: Motivações para o Sexting e Percepções Acerca do Fenômeno

Esta categoria contém os estudos que tiveram como objetivo investigar as motivações para os comportamentos de *sexting* e as percepções que os jovens têm desse fenômeno. As pesquisas revelaram que os jovens não se consideram como praticantes de *sexting*, apesar de apresentarem comportamentos condizentes com o fenômeno. As motivações mais citadas para envio de *sexting* foram pressão de parceiros ou pares; estar sob efeito de álcool; desejo de correr riscos e curiosidade; enviar foto como brincadeira; troca de fotos entre amigos em grupos de redes sociais; não compreender as fotos ou mensagens como *sexting*; chamar atenção; estar entediado; excitar a outra pessoa; ser moda entre jovens; influência de filmes que assistem (Alonso-Ruido, Rodríguez-Castro, Pérez- André, & Magalhães, 2015; Mejía-Soto, 2014; Walker, Sanci, & Temple-Smith, 2013). A pressão para se engajar no *sexting* foi um resultado significativo nos três estudos e foram apontadas diferenças de gênero acerca do tópico. Em dois estudos, encontrou-se que as garotas são mais pressionadas, chantageadas, vítimas de vingança e punidas quando o conteúdo do *sexting* é exposto (Mejía-Soto, 2014; Walker et al., 2013). Enquanto os garotos são vistos como másculos ou não sofrem nenhuma punição, as garotas relataram perda de reputação, serem vistas como responsáveis por possíveis divulgações do *sexting* e expulsão da escola que frequentavam. Contudo, os garotos também reportaram sofrerem pressão, majoritariamente advinda de outros garotos, para engajamento no *sexting* e para divulgar *sexting* que receberam. Os participantes adolescentes

relataram que o envolvimento com o *sexting* se deve à falta de consciência sobre as possíveis consequências negativas da prática.

Categoria 2: Assédio *Online*, Bullying e Cyberbullying

Nesta categoria, foram incluídos os artigos que tiveram como objetivo explorar como ocorrem o assédio *online*, o *bullying* e o *cyberbullying* e quais seus possíveis impactos e consequências. O estudo de Olumide, Adams e Amodu (2015) avaliou o conhecimento de adolescentes acerca do assédio *online* e como ele ocorre. Os comportamentos mais reportados como assédio *online* foram: uso de palavras abusivas; dizer coisas dolorosas/maldosas; fazer piada sobre a vítima; abusos/ insultos em relacionamentos; fazer solicitações de relacionamentos; solicitar sexo; espalhar rumores sobre as vítimas, com conteúdo sexual ou não; enviar fotos/vídeos indesejados sexualmente explícitos; manipulação de imagem pessoal sexualmente explícita ou não; invadir o computador de outras pessoas e postar conteúdo sexualmente explícito.

Outro estudo investigou se o assédio *online* ocorre simultaneamente a outras formas de vitimização off-line (Mitchell, Finkelhor, Wolak, Ybarra, & Turner, 2011). A maioria dos participantes afirmou não ter sofrido vitimizações *online*. Porém, 96% dos participantes que afirmaram que já tinham sofrido relataram também ter experienciado alguma vitimização off-line. As vitimizações off-line mais relacionadas com vitimizações *online* eram de natureza sexual, psicológica e emocional. Em relação aos impactos nas vidas das vítimas, encontrou-se que vítimas *online* relataram taxas significativas de sintomas de trauma, delinquência e adversidades na vida. No entanto, essas consequências foram mais fortemente relacionadas às vitimizações off-line sofridas no último ano e mais frequentes para mulheres.

Outro estudo comparou a frequência com que a vitimização e a perpetração de assédio *online* e de solicitação de sexo indesejada ocorrem (Ybarra, Espelage, & Mitchell, 2007). Apesar de as pesquisas relatadas anteriormente considerarem a solicitação de sexo como uma forma de assédio *online*, nesta pesquisa, a solicitação e o assédio foram considerados dois

fenômenos diferentes. Os resultados revelaram que 34% dos participantes foram vítimas de assédio *online* pelo menos uma vez no último ano e 8% afirmaram ser vítimas mensalmente ou em maior frequência. Acerca da perpetração, 22% relataram já ter perpetrado assédio *online* pelo menos uma vez no último ano e 4% perpetraram mensalmente ou em maior frequência. O envolvimento em solicitação sexual indesejada foi menos frequente: 15% afirmaram ter sido vítimas pelo menos uma vez no último ano e 3%, mensalmente ou mais; 3% enviaram solicitação sexual indesejada pelo menos uma vez no último ano e 1% enviou mensalmente ou mais. Em relação à frequência dos fenômenos, observou-se que o assédio *online* foi mais relatado tanto por vítimas quanto por perpetradores. Entretanto, todos os adolescentes que afirmaram ter perpetrado a solicitação indesejada de sexo também relataram ter se envolvido em outras formas de vitimização ou perpetração *online*. O envolvimento com os dois fenômenos estava associado com maior presença de vulnerabilidade psicossocial.

Os resultados da pesquisa que avaliou os impactos gerados por *bullying* e *cyberbullying* revelaram que há relação entre *bullying* e ideação suicida, mas não foi constatada associação entre *cyberbullying* e ideação suicida (Bannink, Broeren, Van de Looij-Jansen, de Waart, & Raat, 2014). No entanto, notou-se que adolescentes vítimas dos dois tipos de *bullying* apresentam mais ideação suicida. Foram encontradas diferenças de gênero em relação aos impactos desses fenômenos. Para os garotos, não foram observadas relações entre saúde mental e *bullying* ou *cyberbullying*. Para as garotas, tanto *bullying* quanto *cyberbullying* estavam associados a problemas de saúde mental. Além disso, mais garotas apresentaram ideação suicida.

Categoria 3: Comportamentos de Risco e Vulnerabilidades Psicossociais

Nesta categoria, foram compilados os artigos que investigaram a relação entre *sexting*, comportamentos sexuais de risco e vulnerabilidades psicossociais (Benotsch, Snipes, Martin, & Bull, 2013; Jonsson, Bladh, Priebe, & Svedin, 2015; Ybarra, & Mitchell, 2014). Os resultados indicaram que a maioria dos participantes desses estudos afirmou não se engajar

em *sexting* ou outras atividades sexuais *online*. Contudo, os jovens que declararam envolvimento nessas práticas apresentaram mais fatores de vulnerabilidade psicossocial, como uso de substâncias recente, baixa autoestima, histórias pregressas de abuso físico e sexual. O *sexting* também foi relacionado a comportamentos sexuais de risco, como sexo sem proteção e ter múltiplos parceiros. Encontrou-se também que uma quantidade considerável de participantes afirmou ter praticado *sexting* antes de ter relação sexual com a pessoa com quem trocou mensagens. Ademais, um dos estudos apontou que mulheres praticam mais *sexting* que homens e que adolescentes mais velhos também apresentam frequência maior de *sexting* que adolescentes mais novos (Ybarra & Mitchell, 2014). Esses resultados revelam diferenças de gênero e de faixa etária na dinâmica do fenômeno.

Categoria 4: Sexting e Diferenças Etárias

Esta categoria é composta por apenas um estudo que teve como objetivo avaliar as diferenças na prática do *sexting* no início e no fim da adolescência, verificando se o *sexting* é um comportamento problemático e se seus impactos variam a depender da idade de quem pratica (Ševčíková, 2016). Apesar de apenas um artigo se incluir nessa categoria, considerou-se importante o destaque desses resultados visto que outros estudos encontraram diferenças significativas no funcionamento do *sexting* decorrentes das diferenças etárias dos participantes. A pesquisa foi realizada com adolescentes subdivididos em 4 grupos: meninas mais novas (11 a 14 anos), meninas mais velhas (15 e 16 anos), meninos mais novos (11 a 14 anos) e meninos mais velhos (15 e 16 anos). Os resultados dessa pesquisa revelaram que o *sexting* estava associado ao uso de álcool e a problemas emocionais em todas as idades. Entretanto, constatou-se diferenças de idade e de gênero acerca da prática de *sexting* e de sexo vaginal: meninos - mais novos e mais velhos - que praticavam sexo vaginal enviavam mais *sexting*. Entre as meninas, essa correlação foi verdadeira apenas para meninas mais velhas. Observou-se, também, que, entre meninos mais novos, o *sexting* estava relacionado à percepção de autoeficácia do adolescente: meninos mais novos com percepção de autoeficácia

maior se engajam mais em *sexting* que meninos da mesma idade com percepção de autoeficácia mais baixa. Essa relação não foi observada entre meninos mais velhos ou entre meninas de qualquer idade.

Categoria 5: Violência, Gênero e Conteúdo do Sexting

Nesta categoria, foram agrupados os estudos que analisaram como a violência - especialmente violência no namoro - relaciona-se ao *sexting* e impacta sua dinâmica. Dois estudos investigaram se a violência no namoro ou a ansiedade na relação impactavam o nível de estresse psicológico da vítima e como esses fatores se relacionam à prática de *sexting*. Os resultados do primeiro apontaram que mais homens que mulheres praticam *sexting* e indicaram que pessoas praticantes de *sexting* em frequência alta ou moderada cometem mais violência no namoro on e off-line. Porém, não foram encontradas diferenças no estresse psicológico entre usuários de baixa, moderada e alta frequência (Morelli et al., 2016). O segundo estudo não encontrou diferenças de gênero no engajamento em diferentes tipos de *sextings*, exceto no envio de mensagens propondo sexo: homens enviam mais mensagens desse tipo (Weisskirch, Drouin, & Delevi, 2016). No entanto, foram observadas diferenças de gênero acerca da ansiedade no namoro: mulheres tiveram taxas maiores de estresse na escala de ansiedade no namoro. A pesquisa investigou diferentes aspectos de ansiedade em relacionamento: o medo de avaliação negativa, o estresse no namoro, o nível de comprometimento e a evitação de compromisso. Foi observada uma relação entre ansiedade na relação e envio de *sexting*. O medo de avaliação negativa foi preditor de envio de fotos e vídeos com conteúdo de nudez e envio de mensagens propondo sexo. Os resultados revelaram uma relação entre o nível de compromisso com o parceiro para a prática de *sexting* e um agrupamento dos seguintes fatores de ansiedade social: evitação de compromisso; medo de avaliação negativa; estresse no namoro. Para pessoas com altos índices de evitação de compromisso, medo de avaliação negativa e estresse no namoro, o nível de comprometimento era mais necessário para o envio de: foto/vídeo sugestivos, foto/vídeo em roupas íntimas,

mensagem sugestiva e mensagem propondo sexo. Esses dados indicam que pessoas que possuem esses três fatores de ansiedade social precisam de maior nível de comprometimento para esses comportamentos de *sexting*.

Outros dois estudos avaliaram as relações entre abuso físico, sexual e não físico *online* e off-line (Bonomi, Anderson, Nemeth, Rivara, & Buettner, 2013; Zweig, Dank, Yahner, & Lachman, 2013). Os tipos de abuso mais relatados foram: mensagens e ligações indesejadas; insultos e xingamentos; parceiro entrar na rede social do adolescente sem permissão; parceiro enviar mensagens e e-mails para iniciar atos sexuais que o adolescente não desejava; parceiro pressionar o adolescente a enviar foto sexualizada ou de nudez; mensagens ameaçadoras do parceiro. Nas duas pesquisas, foram observadas diferenças de gênero em relação aos tipos de abuso e à frequência de vitimização. Mulheres são mais vítimas de abusos *online*, sexuais ou não.

Os resultados de Bonomi et al. (2013) revelaram que 25,3% das mulheres participantes da pesquisa já haviam sido coagidas verbalmente para praticar atos sexuais indesejados e 5,4% já haviam sido fisicamente forçadas a atos desse tipo. Entre os homens, essas porcentagens foram reduzidas para 9,4% e 0,7%. As mulheres também foram mais frequentemente vítimas de abusos não físicos em geral (mulheres – 64,6%; homens – 56,4%). Abusos como xingamentos e deprecições foram experienciados por 34,3% das mulheres e por 17,9% dos homens. As mulheres também foram mais vítimas de gritos e insultos, embora esse tipo de abuso também tenha sido frequente entre homens (mulheres – 47,6%; homens – 40,7%).

No estudo de Zweig et al. (2013), realizado com adolescentes, a violência física no namoro foi a única forma de abuso que os meninos relataram sofrer mais que as meninas. Mulheres relataram perpetrar mais abuso sem conteúdo sexual e homens relataram perpetrar mais abuso sexual. Encontrou-se, também, que perpetradores de abuso sexual *online* tem 17 vezes mais chances de perpetrarem coerção sexual que não perpetradores de abuso sexual

online. Os resultados sugerem que existe uma associação entre diferentes formas de abusos exclusivamente *online* e entre abusos *online* e off-line. Vítimas de abuso sexual *online* relataram em maior frequência terem sido vítimas de outras formas de abuso *online*, violência física, violência psicológica e coerção sexual. Vítimas de abuso *online* sem conteúdo sexual também relataram outras formas de violência no namoro mais do que não-vítimas. Além disso, vítimas de abuso sexual *online* reportam sete vezes mais vitimização por coerção sexual que não-vítimas de abuso sexual *online*.

No estudo de Bonomi et al. (2013) verificou-se, ainda, uma relação entre vitimização e impactos na saúde e nos comportamentos sexuais, sendo possível observar diferenças nos resultados a depender do gênero da vítima. Mulheres vítimas de abuso físico ou sexual no namoro apresentam maior risco de fumar, apresentar sintomas depressivos e transtornos alimentares, bem como de ter comportamento sexual frequente, quando comparadas com mulheres que não foram vítimas. Mulheres que foram vítimas de abuso não físico no namoro manifestam maior risco de fumar, apresentar sintomas depressivos e transtornos alimentares, ter mais de cinco parceiros sexuais e praticar sexo anal que mulheres que não foram vítimas. Não foram observadas diferenças na saúde entre homens que sofreram abuso físico ou sexual no namoro e homens que não sofreram. Homens que foram vítimas de abuso não físico no namoro demonstram mais risco de fumar e apresentar transtornos alimentares comparados com homens que não foram vítimas.

Categoria 6: Sexting, Comportamentos Sexuais *Online* e Off-line

Essa categoria foi considerada a mais inclusiva por abordar o tema *sexting* e comportamentos sexuais que apresentam grande diversidade em suas caracterizações. Entre os comportamentos sexuais investigados nas pesquisas, estão: o consumo regular de pornografia, a sexualidade dos usuários, o uso das redes sociais, o tipo de relacionamento que os usuários mantêm com as pessoas para quem enviam o *sexting* e as adições ao *cybersex* (Ballester-Arnal, Gil Llario, Martínez & Gil Juliá, 2010; Bauermeister, Yeagley, Meanley, & Pingel,

2014; Carvalheira & Allen- Gomes, 2003; Dowdell, Burgess, & Flores, 2011; Grov, Gillespie, Royce, & Lever, 2011; Stanley et al., 2016). A categoria expressa a amplitude do universo do *sexting* em suas variações. Os resultados apontaram que o consumo de pornografia é maior entre meninos e que há impacto sobre o *sexting* e sobre o comportamento sexual off-line, na medida em que alimenta a coerção sexual e a resposta feminina a esse ato (Stanley et al., 2016).

Outro resultado peculiar diz respeito ao estudo sobre homens que praticam sexo com homens, pois se encontrou que os homens ativos na penetração enviam *sexting* em maior frequência (Bauermeister et al., 2014). Em outra pesquisa, objetivou-se estudar como é o uso da internet por parte de ofensores sexuais e de adolescentes. Acerca do uso por parte dos ofensores sexuais são destacados como comportamentos sexuais usuais: a preferência por meninas adolescentes, as identidades falsas como estratégia de aproximação e a introdução da temática sexual desde o primeiro contato. Em relação ao uso de internet por parte dos adolescentes, os participantes revelaram que não consideram ser praticantes do *sexting*, apresentando variações: meninas têm mais conhecimento sobre o tema, meninos praticam mais (Dowdell et al., 2011).

O estudo sobre atividades sexuais *online* realizado com adultos heterossexuais em relacionamentos estáveis apontou que essas atividades em frequência baixa ou moderada produzem benefícios tanto para homens quanto para mulheres como aumento de qualidade e frequência do sexo e aumento da intimidade com o parceiro real (Grov et al., 2011). No entanto, esse estudo revelou diferenças de gênero acerca do envolvimento com atividades sexuais *online*: homens se envolvem mais e por mais tempo nessas atividades, relatam mais sentimentos positivos em relação ao envolvimento de parceiros (as) em atividades sexuais *online*, afirmaram ser mais críticos aos corpos de parceiros (as) e se sentirem menos excitados com sexo 'real'. As mulheres relataram mais sentimentos negativos e preocupações em

relação ao envolvimento de parceiros (as), afirmaram se sentirem mais julgadas por seus corpos e mais pressionadas acerca de suas performances sexuais.

Dois estudos foram dedicados ao *cybersex* e apontaram algumas especificidades: anonimato, identidade falsa, vantagem de auxiliar no relacionamento real, expressar fantasias e diminuir a inibição, com média de 2h de prática semanal (Ballester-Arnal et al., 2010; Carvalheira & Allen- Gomes, 2003). A adição a esse comportamento foi mensurada por instrumento validado que apontou o vício em *cybersex* como uma nova patologia. Esse fenômeno se manifesta por comportamentos como: nome de usuário exclusivo, busca por material sexual, inclusive ilegal *online*, encontros sexuais marcados e tentativa de esconder histórico dos sites acessados.

Discussão

A revisão integrativa de literatura revelou que o interesse pelo tema *sexting* é recente, visto que apenas um artigo foi publicado anteriormente a um período de dez anos e a maioria dos estudos (81%) foi publicada após o ano de 2013. Verificou-se também que 90,5% dos estudos foi realizado em países desenvolvidos, sendo os Estados Unidos o país de maior produção. Esse resultado aponta a necessidade de mais estudos produzidos em países em desenvolvimento para verificação de diferenças culturais. É relevante destacar que não foi identificado nenhum estudo nacional ou de países sul-americanos nesta revisão.

Os resultados acerca das características das amostras revelaram que não há um padrão fixo de praticantes do *sexting*. O tipo de relacionamento que os participantes mantinham para a prática de *sexting* não foi investigado pela maior parte dos estudos, porém foram observadas diferentes motivações e dinâmicas a depender do comprometimento das pessoas que trocam essas mensagens (Groves et al., 2011; Weisskirch et al., 2016). Esses resultados evidenciam que o contexto de relacionamento dos praticantes pode afetar a forma como o *sexting* ocorre e, portanto, é importante que esse dado seja investigado por estudos da área. A idade dos participantes variou entre os estudos, porém a maior parte delimitou uma faixa etária, o que

permitiu verificar que há diferenças na motivação e no risco percebido e real a depender da idade dos praticantes. Adultos e jovens adultos apontaram o *sexting* como manifestação afetiva dentro do relacionamento, fazendo parte dele, e os estudos com essa população não foram restritos à avaliação de riscos, o que sugere investigações com maior acuracidade nesse campo. Entretanto, foi verificada maior percepção de risco entre adolescentes (Alonso-Ruido et al., 2015; Mejía-Soto, 2014). Os adolescentes indicaram motivações que sugerem influência de pares, como brincadeiras, pressão de amigos e parceiros ou desejo de correr risco. Hasinoff (2017) alerta para o fato de os adolescentes possuírem capacidade de avaliar situações, combatendo a visão de que os recursos tecnológicos atuais são os responsáveis pelos riscos em que os adolescentes se envolvem no mundo virtual. Esses resultados apontam que a idade é um fator importante para compreensão da dinâmica do *sexting* e essas diferenças devem ser consideradas na discussão sobre o tema.

A questão dos riscos, embora não tenha sido claramente o foco dos estudos, revela que a vulnerabilidade é um fator comum às pessoas que praticam o *sexting*. Isso porque as percepções a respeito dessa prática ainda se mostram distorcidas ou pouco conhecidas e não há discussão sobre o tema socialmente. O *sexting*, assim como outros temas relacionados à sexualidade, mantém-se entre os assuntos considerados tabus na cultura (Silva, 2008). Enquanto isso, os comportamentos sexuais são naturalizados pela sociedade sem a compreensão adequada do fenômeno e sem diálogo, o que leva à procura de saciar a curiosidade em fontes não confiáveis. Em idades mais avançadas, o vício em *cybersex* vem sendo abordado como consequência dessa naturalização, aumentando o nível de fantasia e a exigência de gratificação sexual, que pode também ser um alerta para comportamentos e práticas de violência de gênero (Carvalho & Allen-Gomes, 2003).

As diferenças de gênero na prática do *sexting* mostraram-se inconsistentes nesses estudos. No entanto, acerca dos possíveis impactos negativos do fenômeno foi observado que as mulheres são mais frequentemente vítimas de ações violentas, como coerção, pressão dos

pares, ameaças, chantagem, vingança e punição quando o *sexting* é exposto (Mejía-Soto, 2014; Walker et al., 2013). A violência de gênero foi ilustrada de diferentes formas nos artigos que compuseram essa revisão, sendo, em comum, os danos psicológicos e sociais sobre essas mulheres (Bannink et al., 2014; Grov et al., 2011). Vários prejuízos psicológicos, sociais e funcionais foram mencionados, como impactos na saúde mental e ideação suicida, ser vítima de insultos e xingamentos e ser vista como culpada pela exposição de fotos íntimas, além da necessidade de mudança de escola e/ou outros ambientes após ter fotos íntimas expostas. Isso deixa clara a ideia de polivitimização, ou sobreposição de violências de diferentes naturezas, às quais essas mulheres foram submetidas (Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2010). Associado a isso, a culpabilização da vítima tem servido como elemento amenizador da responsabilização do perpetrador. Esses resultados sugerem a presença do sexismo e da herança do patriarcado nas formas mais atuais de dominação, alertando para a necessidade de investigações mais profundas sobre o tema (Bonomi et al., 2013; Zweig et al., 2013).

Por se tratar de uma revisão integrativa, observa-se o esforço em articular os resultados dos estudos em torno do *sexting*, da forma como o fenômeno se apresenta na literatura, que por sua diversidade, revela inconsistências. Uma hipótese é que os diferentes delineamentos metodológicos e as diferentes populações às quais se destinam as pesquisas precisam ser considerados nessa avaliação sobre as inconsistências. Entretanto, a revisão integrativa assume o desafio de apresentar as potencialidades dos resultados, mas também apontar as lacunas e as necessidades de aprimoramento do conhecimento sistematizado, por meio da sugestão de estudos futuros e das questões de pesquisa que urgem no cenário psicológico, dinâmico e demandante à ciência.

Considerações Finais

A revisão integrativa permitiu reconhecer a complexidade do tema *sexting* e a necessidade de investigar sua manifestação nos diferentes contextos culturais. Mostrou-se o

quanto se faz urgente o diálogo e a orientação em um cenário em que os relacionamentos virtuais vão se popularizando e ocupando espaços e ritmos não imaginados quanto à magnitude. A relevância metodológica aponta a sistematização das pesquisas como necessária à circunscrição do fenômeno e o delineamento de estudos futuros que objetivem uma perspectiva propositiva, focada em planejamento de intervenções. É recomendável que novas investigações sejam realizadas com o intuito de verificar a realidade de adolescentes e jovens brasileiros e os relacionamentos virtuais, analisando variáveis como: idade e tipo de relacionamento dos praticantes, mensuração de riscos, impacto da construção da masculinidade nos atos de violência.

Algumas limitações da revisão precisam ser consideradas, em virtude do desenho metodológico adotado. A exclusão de artigos que tratavam de temas tangenciais como *cyberbullying* e busca de parceiros *online*, pode ter ocasionado a perda de uma parte inicial do processo de *sexting*, mas esse era um recorte necessário à viabilidade do estudo. Outra limitação reconhecida foi o uso dos descritores, que podem ter sido insuficientes para abarcar toda a temática, uma vez que vários termos não apresentam tradução e variações linguísticas.

Concluimos que o artigo pode vir a colaborar com novas posturas frente ao tema. Um compromisso social parece ser oportuno com a prevenção de riscos e agravos, com o acolhimento, diálogo e orientação sobre o que está em torno do *sexting*. Ao contrário de atitudes polarizadas, na qual se manifestem contrários ou favoráveis, o que se postula é um esforço coletivo de compreensão que vá além da visão simplista do *sexting* enquanto risco ou prática.

Referências

Albury, K., Crawford, K., Byron, P., & Mathews, B. (2013). *Young people and sexting in Australia. Ethics, Representation, and the Law*. University of New South Wales, Australia.

*Alonso-Ruido, P., Rodríguez-Castro, Y., Pérez-André, C., & Magalhães, M. J. (2015).

Estudio cualitativo en un grupo de estudiantes ourensanos/as sobre el fenómeno del

sexting. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (13), 58-62. doi: [10.17979/reipe.2015.0.13.319](https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.13.319).

Argento, E., Taylor, M., Jullimore, J., Taylor, C., Jennex, J., Krusi, A., & Shannon, K.

(2016). The Loss of Boystown and Transition to *Online Sex Work*: Strategies and Barriers to Increase Safety Among Men Sex Workers and Clients of Men. *American Journal of Men's Health*, 12(6), 1994-2005. doi: [10.1177/1557988316655785](https://doi.org/10.1177/1557988316655785).

*Ballester-Arnal, R., Gil Llario, M. D., Martínez, S. G., & Gil Juliá, B. (2010). Propiedades psicométricas de un instrumento de evaluación de la adicción al cibersexo. *Psicothema*, 22(4), 1048-1053. Retirado de <http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=3839>

*Bannink, R., Broeren, S., van de Looij-Jansen, P. M., de Waart, F. G., & Raat, H. (2014). Cyber and traditional bullying victimization as a risk factor for mental health problems and suicidal ideation in adolescents. *PLoS One*, 9(4), 94026. doi: [10.1371/journal.pone.0094026](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0094026).

*Bauermeister, J. A., Yeagley, E., Meanley, S., & Pingel, E. S. (2014). Sexting among young men who have sex with men: Results from a national survey. *Journal of Adolescent Health*, 54(5), 606-611. doi: [10.1016/j.jadohealth.2013.10.013](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.10.013).

Bauman, S. (2015). Cyberbullying and sexting: School mental health concerns. In R. H. Witte, & S. G. Mosley-Howard (Eds.), *Mental health practice in today's schools: issues and interventions* (pp. 241-264). New York: Springer Publishing Co.

*Benotsch, E. G., Snipes, D. J., Martin, A. M., & Bull, S. S. (2013). Sexting, substance use, and sexual risk behavior in young adults. *Journal of Adolescent Health*, 52(3), 307-13. doi: [10.1016/j.jadohealth.2012.06.011](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2012.06.011).

Beyea, S. C., & Nicoll, L.H. (1998). Writing in integrative review. *AORN Journal*, 67, 877-880.

- *Bonomi, A. E., Anderson, M. L., Nemeth, J., Rivara, F. P., & Buettner, C. (2013). History of dating violence and the association with late adolescent health. *BMC Public Health*, *13*, 1-12. doi: [10.1186/1471-2458-13-821](https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-821).
- Brown, J. D., & Bobkowski, P. S. (2011). Older and newer media: Patterns of use and effects on adolescent's health and well-being. *Journal of Research on Adolescence*, *21*(1), 95-113. doi: [10.1111/j.1532-7795.2010.00717.x](https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00717.x).
- *Carvalho, A. A., & Allen- Gomes, F. (2003). Cybersex in Portuguese chatrooms: A study of sexual behaviors related to *online sex*. *Journal of Sex and Marital Therapy*, *29*(5), 345-360. doi: [10.1080/00926230390224729](https://doi.org/10.1080/00926230390224729).
- Citron, D. K., & Franks, M. A. (2014). Criminalizing revenge porn. *Wake Forest Law Review*, *49*, 345-391.
- Döring, N. (2014). Consensual sexting among adolescents: Risk prevention through abstinence education or safer sexting? *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, *8*(1), article 9. doi: [10.5817/CP2014-1-9](https://doi.org/10.5817/CP2014-1-9).
- *Dowdell, E. B., Burgess, A. W., & Flores, J. R. (2011). Original research: *Online social networking patterns among adolescents, young adults, and sexual offenders*. *American Journal of Nursing*, *111*(7), 28-36. doi: [10.1097/01.NAJ.0000399310.83160.73](https://doi.org/10.1097/01.NAJ.0000399310.83160.73).
- Draper, N. (2012). Is your teen at risk? Discourses of adolescent sexting in United States television news. *Journal of Children and Media*, *6*, 221-236. doi: [10.1080/17482798.2011.587147](https://doi.org/10.1080/17482798.2011.587147).
- Drouin, M., Ross, J., & Tobin, E. (2015). *Sexting: A new, digital vehicle for intimate partner aggression?*. *Computers in Human Behavior*, *50*, 197-204. doi: [10.1016/j.chb.2015.04.001](https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.04.001).
- Drouin, M., Vogel, K. N., Surbey, A., & Stills, J. R. (2013). Let's talk about *sexting*, baby: Computer-mediated sexual behaviors among young adults. *Computers in Human Behavior*, *29*, 25-30. doi: [10.1016/j.chb.2012.12.030](https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.12.030).

- Finkelhor, D; Ormrod, R. K. & Turner, H. A. (2010) Lifetime assessment of poly-victimization in a national sample of children and youth. *American Journal of Preventive Medicine*, 38(3), 323-330. doi: [10.1016/j.chiabu.2008.09.012](https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.09.012).
- Ferguson, C. (2011). Sexting behaviors among young Hispanic women: Incidence and association with other high-risk sexual behaviors. *The Psychiatric Quarterly*, 82, 239-243. doi: 10.1007/s11126-010-9165-8.
- Gong, L., & Hoffman, A. (2012) Sexting and slut-shaming: why prosecution of teen self-sexsters harms women. *Georgetown Journal of Gender and the Law*, 13, 577-669.
- *Gro, C., Gillespie, B. J., Royce, T., & Lever, J. Perceived consequences of casual *online* sexual activities on heterosexual relationships: a U.S. *Online* survey. *Archives of Sexual Behavior*, 40(2), 429-39. doi: 10.1007/s10508-010-9598-z.
- Hasinoff, A. A. (2017). Sexting and Privacy Violations: A Case Study of Sympathy and Blame. *International Journal of Cyber Criminology*, 11(2), 202-217. doi: 10.5281/zenodo.1037391.
- Houck, C.D., Barker, D., Rizzo, C., Hancock, E., Norton, A., & Brown, L. K. (2016). *Sexting* and Sexual Behavior in At-Risk Adolescents. *Pediatrics*, 133, 276–282. doi: [10.1542/peds.2013-1157](https://doi.org/10.1542/peds.2013-1157).
- IBGE. (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
- *Jonsson, L. S., Bladh, M., Priebe, G., & Svedin, C. G. (2015). *Online* sexual behaviours among Swedish youth: associations to background factors, behaviours and abuse. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 24(10), 1245-60. doi: 10.1007/s00787-015-0673-9.
- Korenis, P., & Billick, S. B. (2014). Forensic Implications: Adolescent Sexting and Cyberbullying. *The Psychiatric Quarterly*, 85, 97–101. doi: 10.1007/s11126-013-9277-z.

- Lee, M., & Crofts, T. (2015). Gender, pressure, coercion and pleasure: untangling motivations for *sexting* between young people. *The British Journal of Criminology*, 55(3), 454-473. doi: [10.1093/bjc/azu075](https://doi.org/10.1093/bjc/azu075).
- *Mejía-Soto, G. (2014). Sexting: una modalidad cada vez más extendida de violencia sexual entre jóvenes. *Perinatología Reproducción Humana*, 28(4):217-221. Retirado de <https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumen.cgi?IDARTICULO=56367>
- *Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Jones, L. M., & Wolak, J. (2012). Prevalence and Characteristics of Youth *Sexting*: A National Study. *Pediatrics*, 129(1), 13-20. doi: 10.1542/peds.2011-1730.
- Morelli, M., Bianchi, D., Baiocco, R., Pezzuti, L., & Chirumbolo, A. (2016). Not-allowed sharing of sexts and dating violence from the perpetrator's perspective: The moderation role of sexism. *Computers in human behavior*, 56, 163-169. doi: [10.1016/j.chb.2015.11.047](https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.11.047).
- *Morelli, M., Bianchi, D., Baiocco, R., Pezzuti, L., & Chirumbolo, A. (2016). *Sexting*, psychological distress and dating violence among adolescents and young adults. *Psicothema*, 28(2), 137-142. doi: 10.7334/psicothema2015.193.
- O'Keeffe, G. S., & Clarke-Pearson, K. (2012). The Impact of Social Media on Children, Adolescents, and Families. *American Academy of Pediatrics*, 127(4), 800-4. doi: 10.1542/peds.2011-0054.
- *Olumide, A. O., Adams, P., & Amodu, O. K. (2015). Awareness and context of cyberharassment among secondary school students in Oyo state, Nigeria. *Journal of Adolescence*, 39, 10-14. doi: [10.1016/j.adolescence.2014.12.001](https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2014.12.001).
- *Stanley, N., Barter, C., Wood, M., Aghtaie, N., Larkins, C., Lanau, A., & Overlien, C. (2016). Pornography, Sexual Coercion and Abuse and Sexting in Young People's Intimate Relationships: A European Study. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-26. doi: [10.1177/0886260516633204](https://doi.org/10.1177/0886260516633204).

- *Ševčíková, A. (2016). Girls' and boys' experience with teen sexting in early and late adolescence. *Journal of Adolescence*, 51,156-162. doi: [10.1016/j.adolescence.2016.06.007](https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2016.06.007).
- Silva, C. P. (2008). *Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade online*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Retirado de http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278990/1/Silva_CarolinaParreiras_M.pdf
- Swim, J. K., & Hyers, L.L. (2009). Sexism. Em Nelson, T. D. (Ed.). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. (pp. 407-430). New York: Psychology Press Taylor & Francis Group. doi: [10.4324/9781841697772](https://doi.org/10.4324/9781841697772).
- *Walker, S., Sanci, L., & Temple-Smith, M. (2013). Sexting: young women's and men's views on its nature and origins. *Journal of Adolescent Health*, 52(6): 697-701. doi: [10.1016/j.jadohealth.2013.01.026](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.01.026).
- *Weisskirch, R. S., Drouin, M., & Delevi, R. (2016). Relational anxiety and sexting. *Journal of Sex Research*, 1-9. doi: [10.1080/00224499.2016.1181147](https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1181147).
- *Ybarra, M. L., Espelage, D. L., & Mitchell, K. J. (2007). The co-occurrence of Internet harassment and unwanted sexual solicitation victimization and perpetration: associations with psychosocial indicators. *Journal of Adolescent Health*, 31-41. doi: [10.1016/j.jadohealth.2007.09.010](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.09.010).
- *Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2014). “Sexting” and Its Relation to Sexual Activity and Sexual Risk Behavior in a National Survey of Adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 55, 757-764. doi: [10.1016/j.jadohealth.2014.07.012](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2014.07.012).
- *Zweig, J. M., Dank, M., Yahner, J., & Lachman, P. (2013). The rate of cyber dating abuse among teens and how it relates to other forms of teen dating violence. *Journal of Youth Adolescence*, 42(7):1063-77. doi: [10.1007/s10964-013-9922-8](https://doi.org/10.1007/s10964-013-9922-8).

Nota de rodapé

¹ Os artigos identificados com asterisco são os estudos incluídos na revisão de literatura deste trabalho.

Manuscrito II: O sexting no Brasil: a percepção dos brasileiros sobre mensagens sexuais.¹

Resumo

O *sexting* é uma prática cada vez mais frequente na sociedade atual, mas ainda há poucos estudos sobre como os brasileiros veem a troca de mensagens sexuais. O objetivo desse estudo foi investigar a percepção dos brasileiros acerca do *sexting* e fornecer um panorama de como o fenômeno ocorre na realidade brasileira. Foi realizado um *survey online* com perguntas discursivas sobre a dinâmica da prática e foi utilizada a análise de conteúdo para tratamento dos dados. Os resultados revelaram que algumas visões sociais são permeadas por estereótipos, como se observa em pesquisas de outros países. O *sexting* ainda é em muitos momentos confundido com diferentes formas de violência, apesar de estar sendo legitimado no país e de já ser parte da experiência sexual cotidiana de muitas pessoas. Evidenciou-se que a educação sexual no contexto digital se faz necessária para que as pessoas compreendam seus direitos e reconheçam as diferenças entre *sexting* saudável e violências possivelmente atreladas à prática.

Palavra-chave: Sexting; percepção social; realidade brasileira.

Abstract

Sexting is an increasingly frequent practice in today's society, but there are still few studies about the perceptions of Brazilians about sexual messages. The aim of this study was to investigate the perception of Brazilians about sexting and provide an overview of the characteristics of the phenomenon in the Brazilian reality. An *online* survey was conducted with discursive questions about the dynamics of the practice and content analysis was used for data treatment. The results revealed that some social views are permeated by stereotypes, as observed in research from other countries. Sexting is still often confused with different forms

¹ Artigo submetido a um periódico durante o mestrado. Aguardando avaliação.

of violence, despite being naturalized around the country and already being part of the daily sexual experience of many people. It became evident that sex education in the digital context is necessary for people to understand their rights and recognize the differences between healthy sexting practice and violence possibly linked to the messages.

Keywords: Sexting; social perception; brazilian reality.

Resumen

El sexting es una práctica cada vez más frecuente en la sociedad actual, pero todavía hay pocos estudios sobre cómo los brasileños ven los mensajes sexuales. El objetivo de este estudio fue investigar la percepción de los brasileños sobre el sexting y proporcionar una visión general de cómo se produce el fenómeno en la realidad brasileña. Se realizó un *survey online* con preguntas discursivas sobre la dinámica de la práctica y se utilizó el análisis de contenido para el tratamiento de datos. Los resultados revelaron que algunos puntos de vista sociales están impregnados de estereotipos, como se observó en investigaciones de otros países. El sexting aún se confunde con diferentes formas de violencia, a pesar de estar naturalizado en el país y ya es parte de la experiencia sexual diaria de muchas personas. Se hizo evidente que la educación sexual en el contexto digital es necesaria para que las personas entiendan sus derechos y reconozcan las diferencias entre el sexting saludable y la violencia posiblemente vinculada a la práctica.

Palabras clave: Sexting; percepción social; realidad brasileña.

A tecnologia está cada vez mais presente nos relacionamentos afetivos na sociedade atual, modificando as relações e se tornando um meio de interação mais frequentemente usado entre casais, inclusive em relações sexuais (Madigan, Ly, Rash, Ouytsel, & Temple, 2018). As mensagens eletrônicas de conteúdo sexual são denominadas *sexting* – junção das palavras *sex* e *texting*. O termo inclui toda comunicação de texto, áudio ou vídeo que tenha conteúdo sexual, explícito ou sugestivo, e seja feita via aparelhos eletrônicos (Drouin, Vogel, Surbey, & Stills, 2013). Silva, Teixeira, Vasconcelos-Raposo e Bessa (2016) destacam que apenas são consideradas *sexting* as mensagens autoproduzidas ou produzidas com consentimento, sem uso de coerção.

O *sexting* é um fenômeno recente e ainda acompanhado por muitos estereótipos. Em geral, as discussões sobre a prática enfocam seus possíveis efeitos negativos, como as situações de exposição não consentida ou as consequências legais em caso de trocas de imagens entre adolescentes (Albury & Crawford, 2012; Judge, 2012). Entretanto, estudos apontam que a maioria dos praticantes de *sexting* veem as mensagens como parte do relacionamento amoroso e não atribuem risco inerente às mensagens sexuais (Drouin et al., 2013; Mitchell, Finkelhor, Jones, & Wolak, 2012). Esta diferença entre as suposições sociais e as percepções dos praticantes indica que o fenômeno é perpassado pelo conservadorismo social em relação à prática (Lee & Crofts, 2015).

As pressuposições sobre o perfil das pessoas que trocam mensagens sexuais também são influenciadas pelos preconceitos sociais acerca do tema. Frequentemente, a sociedade considera esse tipo de mensagem como uma prática que ocorre majoritariamente entre jovens e percebe-se que as representações sociais, como a mídia e campanhas, também reproduzem essa visão (Albury & Crawford, 2012; Gamez-Guadix, Santisteban, & Resett, 2017). Outra concepção comum é de que mensagens sexuais são parte de relações de descompromissadas ou inconstantes (Alonso-Ruido, Rodríguez-Castro, Pérez- André, & Magalhães, 2015). Apesar de essas concepções serem difundidas no senso comum, a literatura internacional revela que o

sexting é mais comum entre casais em relacionamentos estáveis e não há diferenças de idade, de gênero ou de etnia entre os praticantes (Madigan et al., 2018; Weisskirch, Drouin, & Delevi, 2016).

No Brasil, observa-se que o fenômeno tem se popularizado e é cada vez mais discutido nos últimos anos. Na última década, observou-se aumento nos casos de exposição de imagens íntimas não autorizadas relatados na mídia brasileira. Situações como a da atriz Carolina Dieckmann em 2012, que teve fotos expostas após ter seu computador hackeado e favoreceu a criação da primeira lei específica sobre vazamento de imagens íntimas, evidenciaram a necessidade de se discutir as consequências sociais da exposição não consentida. Além do caso da atriz, diversas outras pessoas já passaram por situações semelhantes de exposição nas redes e se tornaram notícias midiáticas, porém, o aumento de notícias de suicídios das vítimas expostas chamaram atenção para a importância de compreender os efeitos e a dinâmica do *sexting* na realidade brasileira.

O fenômeno começou a ser retratado em outros meios de comunicação, como novelas televisivas e filmes, a fim de promover mais discussões sociais sobre o assunto. Recentemente, o longa-metragem *Ferrugem* (Junior & Muritiba, 2018) demonstrou os diferentes impactos sofridos por uma jovem que teve um vídeo de conteúdo sexual divulgado sem seu consentimento e gerou reflexões sobre as consequências psicossociais. De acordo com a análise realizada por Lordello, Souza e Coelho (2019), observa-se como principal consequência as diferenças de gênero após a exposição de imagens, pois enquanto o menino não sofreu nenhum impacto negativo e até foi parabenizado pelos colegas, a menina foi constantemente ridicularizada, teve sua imagem exposta em sites pornográficos e sofreu assédios de outros homens. A situação retratada no filme corrobora a literatura internacional, a qual indica que as mulheres são mais ameaçadas, chantageadas e vítimas de vingança após praticar *sexting* (Mejía-Soto, 2014; Walker, Sancí, & Temple-Smith, 2013).

De acordo com Ross, Drouin e Coupe (2019), as mulheres também são mais coagidas para enviar mensagens de conteúdo sexual e praticam *sexting* indesejado em maior frequência que homens. Em relação ao trauma decorrente da solicitação coercitiva de imagens, estudos revelam que as mulheres o reportam em maior frequência que os homens (Drouin, Ross, & Jenkins, 2015; Drouin, Ross, & Tobin, 2015; Ross et. al., 2019). Ademais, entre o público feminino, o trauma se intensifica após terem tempo de refletir sobre o envio, o que sugere que o receio de ter as mensagens compartilhadas também é maior entre mulheres. Essa preocupação, provavelmente, é decorrente do fato de que as mulheres sofrem mais prejuízos psicológicos e sociais quando o *sexting* é exposto, como culpabilização pela divulgação, perda de reputação e isolamento nos ambientes que frequentavam (Mejía-Soto, 2014). Tal diferença nas consequências também é observada em outras representações midiáticas, como repercussão de notícias e conteúdo dos comentários feitos nas matérias, que tendem a culpabilizar e penalizar as mulheres (Hasinoff, 2017).

O crescimento do debate na mídia refletiu em mudanças no macrossistema brasileiro. Por exemplo, favoreceu a criação de leis que protegem vítimas de exposição de mensagens de conteúdo íntimo. Como citado anteriormente, o caso da atriz Carolina Dieckmann iniciou o debate sobre a necessidade de leis específicas para a exposição não autorizada de mensagens de conteúdo sexual e resultou na Lei 12.737/2012. A lei trata de delitos informáticos assegurando a intimidade e a privacidade de comunicações eletrônicas. Atualmente, o crime de exposição não autorizada de *sexting* é caracterizado pela Lei 13.718/18, que determina como crime qualquer distribuição de conteúdo sexual sem consentimento da vítima. A lei estabelece, ainda, aumento de pena de reclusão caso a pessoa que divulgou o conteúdo mantenha ou tenha mantido um relacionamento afetivo com a vítima. O acréscimo de pena também ocorre caso a propagação do conteúdo sexual tenha intenção de vingança ou humilhação da vítima.

Em 2018, foram incluídos na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – dois artigos de combate expresso à produção e à divulgação não autorizadas de conteúdo sexual, seja explícito

ou sugestivo. Além da adição dos artigos, a redação da lei foi alterada a fim de inserir a violação de privacidade como um tipo de violência contra a mulher. A modificação dessa lei, que tem como objetivo a proteção à mulher em contexto de relacionamentos afetivos, corrobora a concepção defendida na literatura de que os crimes virtuais são mais uma forma de violência nos relacionamentos (Drouin et. al., 2015; Morelli, Bianchi, Baiocco, Pezzuti, & Chirumbolo, 2016; Ross et. al., 2019) e demonstra que a legislação brasileira já reconhece essa nova modalidade de violação, considerando a disparidade de gênero. Além dessas leis, a exposição inadequada de *sexting* também pode ser enquadrada em leis mais abrangentes, como difamação e injúria (Art. 139 e 140).

Apesar da crescente presença do *sexting* nas relações e na legislação brasileiras, ainda não existe coleta sistematizada de informações sobre a prática no país. A ONG SaferNet Brasil, que trabalha com denúncias e atendimentos a casos de crimes virtuais, realiza levantamentos anuais de casos de exposição de *sexting*. Entretanto, os dados se restringem aos casos em que a vítima fez denúncia ou buscou ajuda da ONG e não possibilitam compreender a dinâmica do *sexting* em casos em que não houve exposição. Assim, não há conhecimento sobre como ocorre a prática do *sexting* de forma saudável – quando não há violação – no Brasil.

Em 2018, a exposição de mensagens de conteúdo sexual foi a principal razão para os atendimentos da ONG (SaferNet, 2019). O número de atendimentos para auxílio em situações de exposição de *sexting* foi 669, seguido de casos de *cyberbullying* (407) e de fraude (242). A quantidade de denúncias do crime de exposição de mensagens em 2018 aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior, que havia contabilizado 289 atendimentos (SaferNet, 2018). O crescimento no número de denúncias reforça a visão de que a população brasileira tem se conscientizado acerca do *sexting* e sobre seus direitos ao praticarem sexo virtual.

A diferença de gênero observada na mídia também é revelada no levantamento apresentado pela SaferNet (2019). De acordo com os registros, 65,8% das pessoas que buscaram

auxílio após exposição de mensagens íntimas em 2018 eram mulheres. Em 2017, a quantidade de vítimas mulheres foi 70,6%. Essas informações salientam a diferença do impacto da exposição para homens e mulheres, visto que sugerem que as mulheres têm suas imagens mais frequentemente expostas ou necessitam mais de ajuda que homens quando isso ocorre.

Os dados fornecidos pela SaferNet, junto às representações midiáticas e às mudanças na legislação na última década, evidenciam que o *sexting* é um fenômeno presente no cotidiano da sociedade brasileira. No entanto, há poucos estudos sobre como a prática ocorre na realidade brasileira. Observa-se que há informações sobre as consequências e as possibilidades de auxílio quando ocorre uma violação da privacidade e o *sexting* é exposto. Porém, não há informações sobre como acontece a prática do *sexting* de forma saudável no país, em situações em que nunca houve violência atrelada à troca das mensagens. Por isso, o objetivo desse estudo é investigar as percepções dos brasileiros sobre a prática do *sexting*.

Método

Delineamento

Realizou-se uma pesquisa qualitativa de levantamento de dados.

Participantes

Quarenta e uma pessoas (Mulheres = 34, Homens = 6 e Não-binário = 1) participaram da pesquisa. Os participantes têm idades entre 21 e 56 anos e são habitantes de cinco diferentes estados do Brasil. A maioria dos participantes declarou ser heterossexual (70,7%), seguido de bissexual (17,1%) e homossexual (9,8%). Em relação à escolaridade, 39% dos respondentes têm pós-graduação completa, 24,4% têm ensino superior completo, 22% têm ensino superior incompleto e 14,6% têm pós-graduação incompleta. A maioria dos participantes se descreveu como branca (n=26), seguido de parda (n=10). A renda familiar declarada pelo maior número de participantes foi entre um e cinco salários mínimos.

Instrumento

Foi elaborado um questionário *online* com sete perguntas discursivas acerca da percepção do indivíduo sobre o *sexting* (e.g. Como você nomearia e descreveria o *sexting*; Você conhece alguém que já praticou *sexting*; Quais você acredita serem as principais motivações para a prática do *sexting*). O questionário foi aplicado via internet a fim de obter percepções de brasileiros de diferentes locais. O formulário eletrônico também continha dados sociodemográficos, com intuito de possibilitar análises sobre a relação entre o perfil dos participantes e suas opiniões sobre o fenômeno.

Procedimento

Os participantes foram convidados a responder ao questionário via redes sociais. A divulgação do formulário continha o objetivo da pesquisa, o tempo estimado para resposta, a garantia de sigilo e de participação voluntária, o contato da pesquisadora responsável em caso de dúvidas e o link para o questionário. A pesquisa foi conduzida seguindo os cuidados éticos de acordo com a Resolução nº 510/2016, que define que pesquisas de opinião pública não precisam ser submetidas a comitê de ética, desde que seja garantido o sigilo e não identificação dos participantes (Lordello & Silva, 2017). Assim, as respostas foram integralmente eletrônicas e anônimas, não sendo possível identificar qualquer respondente.

Análise de dados

Foi realizada uma análise de dados mista, de modo que foram elaboradas categorias com base nas perguntas do instrumento e subcategorias a partir dos resultados. Os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977).

Resultados

As respostas dos participantes foram categorizadas de acordo com as perguntas do questionário. Foram elaboradas seis categorias: (1) Definições; (2) Experiência pessoal; (3) Faixa etária; (4) Riscos atrelados; (5) Motivações; e (6) Orientações sobre *sexting*. Desse modo, a partir dessas categorias foram estabelecidas subcategorias para cada tema do instrumento.

Categoria 1: Definições.

Quando questionados sobre a definição do fenômeno, os participantes responderam de forma abrangente, indicando a diversidade de definições do *sexting*. Foram elencadas cinco subcategorias para essa questão: (1) Naturalização; (2) Descrição técnica; (3) Valor negativo; (4) Tecnologia e idade; (5) Motivações como definição.

Os participantes cujas respostas foram atribuídas à subcategoria 1, definiram o *sexting* como uma prática comum. Foram apresentadas definições como “Um ato natural. As pessoas gostam de sexo e é normal que isso se exceda para o âmbito da internet”. O fenômeno foi descrito como uma ferramenta de comunicação entre parceiros sexuais e como uma prática interessante, que pode auxiliar a compreender os gostos do parceiro. Outro participante definiu o *sexting* como um ato prazeroso que costuma praticar. O *sexting* também foi caracterizado como uma forma de autoconhecimento acerca de aspectos sexuais.

A segunda subcategoria se refere às respostas que apresentaram definições descritivas, ou seja, as respostas que não apresentaram nenhum juízo de valor sobre o *sexting*. Esta categoria é composta por definições como “sexo por mensagem” ou “a junção das palavras *sex* e *texting*”. A subcategoria 3 é composta por duas respostas que definiram o *sexting* a partir de um juízo de valor negativo, descrevendo a prática como algo ruim. Um dos participantes definiu o fenômeno como “atribuir características sexuais negativas e constranger outra pessoa” e outro como “ofensa de caráter sexual enviada por mensagem”.

A quarta subcategoria é formada pelas respostas que descrevem o *sexting* como um ato entre jovens e uma “nova modernidade do mundo digital”. Esta categoria contém as respostas que definiram a prática como algo essencialmente entre jovens. A subcategoria 5 é constituída pelas respostas que utilizaram possíveis motivações para definir o *sexting*. Um dos participantes definiu o *sexting* como uma ferramenta para manter relação sexual quando o casal está fisicamente distante, outro afirmou que é uma forma de gerar excitação no parceiro. Além das respostas atribuídas a cada categoria, três participantes afirmaram não saber o que é *sexting* e

dois participantes manifestaram insatisfação pelo uso do termo em inglês, apontando que deveria haver uma terminologia em português para o fenômeno.

Categoria 2: Experiência pessoal.

Esta categoria foi constituída pelas respostas dos participantes em relação a já terem praticado ou a conhecerem alguém que praticou *sexting*. A maioria dos participantes relatou ter vivido as duas situações. Em relação a conhecerem alguém que tenha praticado, alguns participantes afirmaram que a própria pessoa contou sobre a experiência em conversas informais entre amigos. Os participantes também afirmaram que souberam de amigos que haviam praticado *sexting* em conversas sobre sexualidade ou conversas específicas sobre a prática. Foi relatado que é comum haver discussões sobre percepções acerca das mensagens sexuais e até troca de fotos entre amigos para pedir opiniões. Também foram relatados casos de pessoas que souberam da prática de *sexting* de conhecidos por meio de situações de exposição, como relatos na internet ou comentários de terceiros sobre as fotos do conhecido foram expostas, porém essa experiência foi declarada por apenas três dos respondentes.

Quando questionados se haviam trocado mensagens sexuais e se haviam contado a alguém, a maior parte dos participantes afirmou ter feito e contado. Os respondentes relataram ter contado para amigos e disseram não verem problema na prática ou em dizer que já enviaram *sexts*. No entanto, também houve participantes que declararam ter contado apenas a uma pessoa próxima ou a poucas pessoas de confiança.

Categoria 3: Faixa etária.

Quando questionados se acreditam que há uma faixa etária mais comum para a prática do *sexting*, a maioria dos respondentes afirmou que o ato ocorre mais entre adolescentes e jovens adultos, mas alguns participantes disseram ser comum apenas entre adolescentes. Apenas três participantes afirmaram que acreditam que a prática é mais comum na vida adulta e três respondentes disseram que não há relação entre a idade e a troca de mensagens.

Categoria 4: Riscos atrelados.

Todos os participantes afirmaram que há riscos no *sexting*. Apenas um dos participantes declarou que, apesar de haver riscos, estes não são inerentes à prática, mas sim consequências de coerção ou de ações não consensuais. A partir dos tipos de riscos apontados pelos respondentes, foram elaboradas três subcategorias: (1) Gênero; (2) Violência; e (3) Impactos para saúde mental.

A subcategoria 1 foi constituída pelas respostas que apontaram que os riscos do *sexting* são apenas ou predominantemente para mulheres. Os participantes afirmaram que os riscos são maiores para mulheres, pois elas têm receio da exposição de suas mensagens e elas “são as vítimas de humilhação em geral”. Também foi indicado que o risco é maior para as mulheres que se relacionam com homens. Os participantes afirmaram, ainda, que o machismo é um risco do *sexting*, indicando que o fenômeno é a “cultura machista renovada pela tecnologia”.

A subcategoria 2 foi elaborada a partir das respostas que especificaram situações de violência como os riscos da prática. Os participantes afirmaram que os riscos da troca de mensagens são violações como vingança pornô, invasão de privacidade, encaminhamento não autorizado para terceiros e ser identificado nas imagens expostas. Também foram apontados riscos na produção das mensagens, por exemplo, chantagem e manipulação para que a pessoa envie imagens íntimas. Alguns participantes mencionaram abuso sexual como um risco da prática, nomeando o envio indesejado e a importunação sexual virtual como formas de abuso sexual. Outras violências posteriores à exposição foram percebidas como riscos do fenômeno, como *bullying*, difamação, constrangimento e linchamento moral.

As respostas que citaram impactos negativos à saúde mental foram designadas à subcategoria 3. Os participantes classificaram vício, depressão e influência negativa no desenvolvimento sexual de adolescentes como riscos do *sexting*. Também foram apontados sofrimento, transtornos psíquicos e dificuldades nas interações sociais como possíveis riscos. Além das respostas que atribuídas às subcategorias elaboradas, três participantes responderam

sugerindo formas de prevenção, em explicações como “precisa ser feito com uma pessoa conhecida, principalmente se há compartilhamento de fotos. Se for uma pessoa não tão conhecida pode ser só texto” ou não praticar sexting enquanto for menor de idade.

Categoria 5: Motivações.

Quando questionados acerca das motivações para trocar mensagens de conteúdo sexual, foram relatadas diversas possibilidades, indicando a variedade de motivações para a prática. A partir dessas respostas foram elaboradas quatro subcategorias: (1) Dinâmica sexual; (2) Comportamento compensatório; (3) Coerção; e (4) Aspectos contextuais.

A subcategoria 1 foi composta por respostas que apontaram a troca de mensagens como parte da dinâmica sexual. Isto é, sugeriram que o *sexting* é uma nova forma de conquista, de sedução e de flerte. Os participantes afirmaram que a prática é uma expressão de desejo sexual e uma forma de excitação própria e do parceiro. Também foram indicadas como motivações a quebra de rotina, a intimidade, a confiança no parceiro e a crença de que o *sexting* levará ao ato sexual em si. Ademais, foram citadas autoconfiança, curiosidade e libido como motivações para enviar mensagens sexuais.

A subcategoria 2 contém as respostas que sugeriram que o *sexting* é uma tentativa de suprir ou de compensar algo negativo. Os respondentes mencionaram insegurança, carência afetiva e necessidade de atenção como possíveis motivações. A falta de atenção e orientação familiar também foi classificada como uma motivação. Alguns participantes sugeriram que o sexting é uma forma de disfarçar inabilidades fora do mundo virtual, por exemplo, dificuldade de interação presencial, timidez, vergonha e frustração por não obter a satisfação sexual desejada. Além disso, foram apontados o imediatismo e a competição como motivações para enviar mensagens.

Na subcategoria 3 foram inseridas as respostas que mencionaram coerção e violência como motivações. Os participantes citaram pressão de pares e do parceiro como motivos para enviar mensagens sexuais. Ademais, foram citados comportamentos abusivos do parceiro,

vingança e *bullying* como razões para a prática. A subcategoria 4 foi constituída pelas motivações de caráter apenas contextual, como distância e impossibilidade de estar com o parceiro ou simplesmente a facilidade de acesso à tecnologia e as mudanças naturais decorrentes do avanço tecnológico.

Categoria 6: Orientações sobre *sexting*.

Foi pedido que os participantes elencassem o que acham importante que as pessoas saibam sobre o fenômeno. As respostas foram divididas em duas subcategorias: (1) Educativas; e (2) Proibitivas.

As respostas designadas à subcategoria 1 tinham caráter de educação sexual, a fim de prevenir violência e explicar sobre os direitos de quem pratica *sexting*. Os participantes apontaram que o fenômeno deve ser explicado, abordando assuntos como motivações, segurança, confiança e explicitando que essa é uma nova forma de expressão sexual. As respostas enfocaram aspectos de prevenção de riscos, como apenas trocar mensagens com pessoas conhecidas em que haja confiança na relação. Os participantes também sugeriram que é importante que sejam divulgadas dicas de segurança sobre como evitar identificações e quais aplicativos são mais seguros para troca de fotos. As respostas também ressaltaram aspectos de compreensão de direitos, como o fato de a pessoa não ser obrigada a manter relação sexual antes ou após o envio do *sexting* e o direito de decidir enviar ou não as mensagens a depender do seu conforto diante da situação. Os participantes sugeriram, ainda, que devem ser discutidos os riscos e benefícios da prática, de modo que a pessoa tenha consciência sobre as consequências boas e possivelmente ruins.

A subcategoria 2 foi elaborada a partir das respostas de conteúdo proibitivo, que têm intenção de negar a prática e a coloca como algo errado e indesejável. As respostas atribuídas a essa categoria enfocaram nos riscos e nas possibilidades de consequências negativas, como exposição não autorizada de fotos. Os participantes também destacaram que o *sexting* é um ato perigoso, que pode gerar danos severos, traumas, linchamentos morais e até casos de pedofilia.

As respostas dessa categoria indicaram que devem ser divulgadas estratégias para evitar o *sexting*. Um participante sugeriu que uma orientação necessária seria “não fazer durante a adolescência”, revelando que há também a crença de que a prática tenha idade adequada para ser feita.

Apenas um participante afirmou que não sabe dizer o que deveria ser ensinado sobre *sexting*. Outros dois participantes criticaram o uso do termo em inglês, e ressaltaram que explicar o motivo da terminologia em outro idioma e a criação de um termo em português são ações necessárias para falar sobre a prática.

Discussão

Os resultados revelaram que a prática do *sexting* incita opiniões bastante diversas. A maioria dos participantes declarou ter trocado mensagens sexuais e expôs a normalidade do fenômeno, o que sugere como o ato tem se naturalizado, sendo compreendido como uma nova modalidade de expressão sexual (Cardoso, Falcke, & Mosmann, 2019; Madigan, Ly, Rash, Ouytsel, & Temple, 2018). O *sexting* foi apontado como parte da atual dinâmica sexual, o que pode ser observado a partir das motivações relatadas pelos participantes, como a percepção de que as mensagens têm função de excitar o parceiro, de realizar fantasias e de iniciar o ato sexual. As respostas expuseram a normalidade com que o ato está sendo tratado, já que os participantes relataram falar sobre *sexting* com amigos em conversas casuais, quando o assunto é sexualidade e até trocar opiniões sobre fotos pessoais. Esses resultados estão de acordo com a literatura internacional, que revela que o *sexting* já é visto como um comportamento sexual qualquer e compõe a experiência sexual das pessoas (Drouin, Ross, & Tobin, 2015; Gordon-Messer, Bauermeister, Grodzinski, & Zimmerman, 2013).

Apesar de se observar a naturalização do fenômeno, os resultados ainda refletiram muitos dos estereótipos revelados em estudos realizados em outros países. A afirmação da maioria dos participantes sobre o *sexting* ser uma prática de jovens e adolescentes evidencia a pouca informação sobre a realidade do fenômeno, visto que não há uma faixa etária exclusiva

para a prática (Manoel, Lordello, Souza, & Pessoa, 2020; Mardigan, Ly, Rash, Ouytsel, & Temple, 2018). Outro estereótipo observado é a ideia de que as pessoas que trocam mensagens sexuais estão tentando suprir uma carência ou compensar algum aspecto negativo de suas vidas. Isto revela a visão de que o *sexting* é algo errado e que a razão para praticar esse ato é igualmente negativa, algo que poderia ser evitado. No entanto, as principais motivações para a prática do *sexting* são estímulos sexuais semelhantes aos do ato sexual em si, isto é, as pessoas, majoritariamente, afirmam que trocam mensagens por prazer e excitação, e não para compensar problemas (Drouin, Vogel, Surbey, & Stills, 2013).

Outra concepção revelada foi a percepção de que os riscos atrelados ao *sexting* são inerentes à prática, porém, a literatura indica que os riscos não são do *sexting* em si, mas sim violências possivelmente atreladas ao ato (Ross, Drouin, & Coupe, 2019; Temple & Choi, 2014). Os participantes consideraram como riscos de trocar mensagens sexuais algumas situações de abuso, como exposição não consentida e coerção. Essa perspectiva reforça a culpabilização da vítima e retira a responsabilidade do agressor, visto que a autoria da ação é dividida entre os dois envolvidos e a vítima é colocada como corresponsável. É importante destacar que há diferença de gênero nessa relação, Hasinoff (2017) ressalta que as mulheres que têm suas fotos expostas são julgadas como tão culpadas quanto as pessoas que as expuseram. Essa disparidade foi observada nos resultados deste estudo. Alguns participantes apontaram que as mulheres têm mais preocupações com possíveis exposições e humilhações, indicando que percebem diferença de tratamento entre homens e mulheres que têm mensagens íntimas divulgadas e corroborando os resultados encontrados em outros países (Drouin, Ross, & Tobin, 2015; Ross et. al., 2019). Walker, Sanci e Temple-Smith (2013) apontam que, de fato, as mulheres têm maiores prejuízos psicossociais quando o *sexting* é exposto.

A desigualdade percebida pode ser decorrente da cultura patriarcal, em que a mulher deve ser pura e se preservar, enquanto o homem é incentivado a vivenciar intensamente sua sexualidade desde jovem (Walker et. al., 2013). Assim, quando a sexualidade da mulher é

exposta, ela é retratada como inconsequente, vulgar e é socialmente punida (Mejía-Soto, 2014), pois quebrou o papel social esperado de seu gênero. Portanto, as mulheres com intimidade exposta sofrem duplamente: pela invasão de privacidade e pela violência por serem mulheres. Essa forma de violência é definida por Gong e Hoffman (2012) como *slut-shaming*, que é um *bullying* focado em mulheres com objetivo de degradar e humilhar a mulher que apresenta comportamentos sexuais.

Já o homem que tem imagens expostas é exaltado como viril e frequentemente parabenizado por seus pares (Walker et al., 2013), dado que esse ato é congruente com as características esperadas de homens, que devem ser conquistadores e sexualizados. Por isso, a prática é permitida aos homens e incentivada entre eles, mas tem valor ambíguo para as mulheres, que, ao mesmo tempo, são cobradas a enviar mensagens, e punidas se os *sexts* se tornam públicos (Flach & Deslandes, 2019). Compreende-se, então, que a aprovação social do *sexting* é distinta para homens e mulheres. Isto elucida por que tantos homens divulgam imagens que recebem, já que eles terão ganho social ao exporem essa conquista.

A alta frequência de exposição não consentida faz com que seja comum que as pessoas tenham o primeiro contato com o fenômeno a partir de situações de exposição, como foi apontado por alguns participantes. Assim, muitas pessoas conhecem a prática por meio de situações em que houve violência, seja por relatos de conhecidos ou por representação midiática. O papel da mídia e das campanhas acerca da temática é importante para compreender a construção da opinião da sociedade sobre o fenômeno. A maioria das campanhas ainda trata as mensagens de conteúdo sexual como algo errado e arriscado. A mídia se divide entre uma visão do *sexting* como um comportamento a ser evitado e uma percepção estereotipada, restrita a adolescentes ingênuos ou a adultos inconsequentes (Albury & Crawford, 2012; Judge, 2012). A troca de mensagens sexuais como parte de relacionamentos afetivos saudáveis, estáveis ou confiáveis não costuma ser retratada nos meios de comunicação.

Essa forma de representação limitada estimula o proibicionismo, o que faz com que as pessoas defendam o não praticar como uma prevenção de adversidades no *sexting*. A subcategoria 2 da categoria 6 evidenciou esse impacto, a partir das orientações proibitivas dos participantes, em que o *sexting* não é separado da violência e é tratado apenas como as situações em que ocorreu algo errado ou abusivo. A compreensão de que a troca de mensagens deve ser evitada prejudica as possibilidades de se promover *sexting* saudável, pois enquanto a prática é vista como errada e perigosa, o diálogo sobre o tema é inibido, o que dificulta a discussão acerca de como prevenir os riscos atrelados.

Madigan et. al. (2018) destacam que, diante da popularização do fenômeno e da crescente frequência da prática, os recursos despendidos para criminalização do *sexting* deveriam ser redirecionados para programas de educação digital e de relações saudáveis. Esse posicionamento é corroborado pelos resultados da subcategoria 1 da categoria 6, os quais indicaram a necessidade de educação sexual no contexto digital. Os participantes comunicaram a importância de as pessoas saberem seus direitos, de compreenderem as particularidades do *sexting*, e de distinguirem o que é abuso. O fornecimento de informações é uma maneira de empoderamento, permite que as pessoas praticantes percebam os limites e as particularidades do *sexting* e saibam reconhecer que podem se negar a determinadas situações caso queiram e que não devem ser responsabilizadas se sua privacidade for violada. O empoderamento também favorece o uso de estratégias protetivas. O domínio sobre essas informações é uma forma de evitar situações de coerção, de culpabilização e de *sexting* indesejado, visto que se as pessoas não obtêm conhecimento sobre o que é sexo saudável – seja *online* ou não – é mais provável que elas não saibam reconhecer abusos por verem o abuso como algo natural da prática. A educação sexual para práticas tecnológicas é uma nova forma de empoderamento que pode prevenir violência e sofrimento, a partir da diferenciação do que é o *sexting* saudável e do que ultrapassa os limites do ato e deve ser combatido.

Considerações finais

A crescente prática de *sexting* e a ausência de estudos sobre o fenômeno no país evidenciam a necessidade de compreendermos melhor as particularidades da prática no Brasil. Os resultados desta pesquisa possibilitaram conhecer algumas percepções de brasileiros sobre o *sexting* e demonstraram que ainda há pouca informação acerca do tema para a sociedade em geral, visto que muitos estereótipos foram reproduzidos nos relatos. Porém, também foi possível observar a naturalização do ato nas respostas que trataram o *sexting* como mais uma forma de expressão sexual. Essa polarização torna mais urgente que conheçamos as peculiaridades do *sexting* na cultura brasileira, já que a prática parece ser tratada como algo totalmente natural ou totalmente errado, sem que sejam elaboradas políticas de educação sexual e prevenção no contexto digital.

Este estudo fornece noções sobre as visões dos brasileiros acerca do *sexting* que podem contribuir para outras pesquisas e para políticas públicas sobre a temática, a fim de gerar impactos sociais positivos, como políticas de prevenção de exposições de *sexting*. Novos estudos são necessários para favorecer a estruturação dessas políticas, que devem considerar a naturalização do ato e viabilizar desconstruções de ideias preconcebidas de que o *sexting* seja por si só algo negativo a ser proibido. Com a atual realidade de a maior parte dos jovens serem nativos digitais é importante compreendermos que existem novas formas de interações sociais e que a tecnologia pode permeá-las sem que isso seja visto como algo ruim. Ao contrário, a tecnologia passou a ser uma alternativa para experienciar e vivenciar diferentes situações. Portanto, o aspecto sexual também pode ser experimentado de forma diversa a partir desse novo aspecto. A necessidade de serem realizados mais estudos brasileiros sobre a temática também foi evidenciada a partir das críticas ao uso do termo em inglês. Atualmente, não temos no Brasil uma terminologia adequada ao fenômeno, visto que a palavra comumente utilizada – ‘nudes’ – não abarca toda a abrangência do *sexting*, mas apenas as mensagens com imagens.

A principal limitação dessa pesquisa é o fato de ter sido realizada integralmente *online*. O método *online* restringe o tipo de informação acessada, pois não há possibilidade de explanar de forma mais aprofundada as respostas. Ademais, a amostra é limitada a um perfil de pessoas com maior acesso à informação e à internet, tornando o estudo mais elitizado. Portanto, sugere-se que sejam realizadas pesquisas qualitativas presenciais que oportunizem diversidade do público respondente e maior exploração dos dados construídos no estudo. Apesar disso, a pesquisa *online* também tem potencialidades que devem ser destacadas, visto que o método permite a participação de pessoas de diferentes estados e o uso de ferramentas tecnológicas tem se mostrado relevante para obter maior quantidade de informações com maior rapidez do que é viável presencialmente.

Referências

Albury, K., & Crawford, K. (2012). Sexting, consent and young people's ethics: Beyond

Megan's Story. *Continuum*, 26(3), 463-473.

Alonso-Ruido, P., Rodríguez-Castro, Y., Pérez-André, C., & Magalhães, M. J. (2015).

Estudio cualitativo en un grupo de estudiantes ourensanos/as sobre el fenómeno del sexting. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (13), 58-62. doi: [10.17979/reipe.2015.0.13.319](https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.13.319).

Brasil. (2012). Lei n. 12.737, de 30 de novembro. Dispõe sobre a tipificação criminal dos delitos informáticos. Diário Oficial da União. Brasília: Autor.

Brasil. (2018). Lei n. 13.772, de 19 de dezembro. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena

de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Diário Oficial da União.

Brasília: Autor.

Brasil. (2018). Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário Oficial da União. Brasília: Autor.

Cardoso, A. T., Falcke, D., & Mosmann, C. P. (2019). Sexting: percepções de adolescentes sobre o fenômeno e acerca do papel das relações familiares. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 19*(3), 665-685.

Drouin, M., Ross, J., & Jenkins, E. (2015). *Sexting: A new, digital vehicle for intimate partner aggression?*. *Computers in Human Behavior, 50*, 197-204. doi: [10.1016/j.chb.2015.04.001](https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.04.001)

Drouin, M., Ross, J., & Tobin, E. (2015). *Sexting: A new, digital vehicle for intimate partner aggression?*. *Computers in Human Behavior, 50*, 197-204. doi: [10.1016/j.chb.2015.04.001](https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.04.001).

Drouin, M., Vogel, K. N., Surbey, A., & Stills, J. R. (2013). Let's talk about *sexting*, baby: Computer-mediated sexual behaviors among young adults. *Computers in Human Behavior, 29*, 25-30. doi: [10.1016/j.chb.2012.12.030](https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.12.030).

Junior, A. (Produtor), & Muritiba, A. (Diretor). 2018. Ferrugem. Brasil: Olhar Distribuição.

- Flach, R. M. D., & Deslandes, S. F. (2019). Sociabilidade digital e o abuso nos relacionamentos afetivos-sexuais contemporâneos. In: C. C. P. Brasil, A. M. F. Catrib, J. M. P. Caldas. (Orgs.). Tendências e tecnologias na promoção de saúde nos espaços educacionais. Fortaleza: EdUECE.
- Gamez-Guadix, M., Santisteban, P., & Resett, S. (2017). Sexting among Spanish adolescents: Prevalence and personality profiles. *Psicothema*, 29(1), 29-34. doi: 10.7334/psicothema2016.222.
- Gong, L., & Hoffman, A. (2012) Sexting and slut-shaming: why prosecution of teen self-sexers harms women. *Georgetown Journal of Gender and the Law*, 13, 577-669.
- Gordon-Messer, D., Bauermeister, J. A., Grodzinski, A., & Zimmerman, M. (2013). Sexting among young adults. *Journal of adolescent health*, 52(3), 301-306.
- Hasinoff, A. A. (2017). Sexting and Privacy Violations: A Case Study of Sympathy and Blame. *International Journal of Cyber Criminology*, 11(2), 202-217.
- Judge, A. M. (2012). "Sexting" among US adolescents: Psychological and legal perspectives. *Harvard Review of Psychiatry*, 20(2), 86-96.
- Lee, M., & Crofts, T. (2015). Gender, pressure, coercion and pleasure: untangling motivations for sexting between young people. *The British Journal of Criminology*, 55(3), 454-473. doi: [10.1093/bjc/azu075](https://doi.org/10.1093/bjc/azu075).
- Lordello, S. R., & Silva, I. M. (2017). Resolução N°510/2016 do Conselho Nacional de Saúde: um panorama geral. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 6-15.

- Lordello, S. R., Souza, L., & Coelho, L. D. A. M. (2019). Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 68-81.
- Manoel, D. F., Lordello, S. R., Souza, L., & Pessoa, A. S. G. (2020). Sexting e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 37-50.
- Madigan, S., Ly, A., Rash, C. L., Van Ouytsel, J., & Temple, J. R. (2018). Prevalence of multiple forms of sexting behavior among youth: A systematic review and meta-analysis. *JAMA pediatrics*, 172(4), 327-335.
- Mejía-Soto, G. (2014). Sexting: una modalidad cada vez más extendida de violencia sexual entre jóvenes. *Perinatología Reproducción Humana*, 28(4):217-221. Retirado de <https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumen.cgi?IDARTICULO=56367>
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Jones, L. M., & Wolak, J. (2012). Prevalence and Characteristics of Youth Sexting: A National Study. *Pediatrics*, 129(1), 13-20. doi: 10.1542/peds.2011-1730.
- Morelli, M., Bianchi, D., Baiocco, R., Pezzuti, L., & Chirumbolo, A. (2016). Not-allowed sharing of sexts and dating violence from the perpetrator's perspective: The moderation role of sexism. *Computers in human behavior*, 56, 163-169. doi: [10.1016/j.chb.2015.11.047](https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.11.047).
- Ross, J. M., Drouin, M., & Coupe, A. (2019). Sexting coercion as a component of intimate partner polyvictimization. *Journal of interpersonal violence*, 34(11), 2269-2291.

Safernet. (2018). As principais violações para as quais os internautas brasileiros pedem ajuda.

Recuperado em 25 de abr. de 2020 de < <https://helpline.org.br/indicadores/>>.

Safernet. (2019). As principais violações para as quais os internautas brasileiros pedem ajuda.

Recuperado em 25 de abr. de 2020 de < <https://helpline.org.br/indicadores/> >.

Silva, R. B., Teixeira, C. M., Vasconcelos-Raposo, J., & Bessa, M. (2016). Sexting:

Adaptation of sexual behavior to modern technologies. *Computers in Human Behavior*, *64*, 747-753.

Temple, J. R., & Choi, H. (2014). Longitudinal association between teen sexting and sexual

behavior. *Pediatrics*, *134*(5), 1287-1292.

Walker, S., Sanci, L., & Temple-Smith, M. (2013). Sexting: young women's and men's views

on its nature and origins. *Journal of Adolescent Health*, *52*(6): 697-701. doi:

[10.1016/j.jadohealth.2013.01.026](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.01.026).

Weisskirch, R. S., Drouin, M., & Delevi, R. (2016). Relational anxiety and sexting. *Journal of*

Sex Research, 1-9. doi: [10.1080/00224499.2016.1181147](https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1181147)

Manuscrito III: Exposição de *sexting* e sexismo: os impactos da desigualdade de gênero na vivência de meninas adolescentes.

Resumo

O *sexting* tem se popularizado nos relacionamentos afetivo-sexuais, tornando necessários estudos acerca da dinâmica da prática e de como ocorrem os casos de exposição de mensagens. O objetivo desse trabalho foi investigar aspectos da experiência de meninas que já vivenciaram uma exposição não consentida de *sexting* e identificar especificidades da violência de gênero presentes na visão de adolescentes do sexo feminino sobre o fenômeno. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas adolescentes do sexo feminino, compondo um estudo de caso múltiplo. A análise de dados foi temática e os resultados foram categorizados. Os resultados demonstraram que as adolescentes identificam a desigualdade de gênero em diversas etapas de suas experiências com *sexting*, desde a solicitação da mensagem até a exposição. No entanto, foi indicada a diferença entre o *sexting* e a exposição, ressaltando que a exposição não é uma parte do *sexting*, mas sim uma violação. As percepções apresentadas e os impactos sofridos pelas adolescentes evidenciam a necessidade de intervenções de educação sexual que previnam violências, promovam relações saudáveis e questionem as construções sociais de gênero que perpetuam violências.

Palavras-chave: *sexting*; gênero; educação sexual.

Abstract

Sexting has become popular in affective-sexual relationships, making it necessary to study the dynamics of the practice and how message exposure occurs. The aim of this work was to investigate aspects of the experience of girls who have already experienced an unaccepted exposure to sexting and to identify specificities of gender violence present in the view of female adolescents about the phenomenon. Semi-structured interviews were conducted with

two female adolescents, composing a multiple case study. Data analysis was thematic and the results were categorized. The results showed that the adolescents identify gender inequality in several stages of their experiences with sexting, from the request of the message to the exhibition. However, the difference between sexting and exposure was indicated, stressing that exposure is not a part of sexting, but a violation. The perceptions presented and the impacts suffered by the adolescents show the need for sex education interventions that prevent violence, promote healthy relationships and question the social constructions of gender that perpetuate violence.

Keywords: sexting; gender; sex education.

As relações afetivo-sexuais atuais são constantemente mediadas pelo uso de tecnologia, caracterizando novas formas de interações sociais proporcionadas por dispositivos eletrônicos. Desde o início de relacionamentos até a manutenção deles, as redes sociais, os aplicativos de namoro e as mensagens instantâneas permeiam a construção de vínculo entre as pessoas. Com essa mudança social, as mensagens de conteúdo sexual – *sexts* – passaram a ocupar um papel significativo nas relações (Madigan et al., 2018). No Brasil, o *sexting* é popularmente conhecido como “nudes”, porém, o termo se refere a qualquer mensagem de texto, áudio ou vídeo que seja de teor sexual, explícito ou sugestivo, desde que produzidas com consentimento (Silva et al, 2016; Ybarra & Mitchell, 2014). Com a popularização do *sexting* a quantidade de pesquisas sobre assunto aumentou, no entanto, os resultados não são homogêneos e os estudos tendem a seguir duas linhas teóricas opostas: o proibicionismo ou a naturalização (Gassó et al., 2020). Desse modo, o fenômeno é tratado como algo a ser evitado e prevenido ou como uma expressão natural da sexualidade. Gassó et al. (2020) destacam que, ao invés da polarização, o *sexting* deveria ser visto em um *continuum*, que vai da expressão da sexualidade à violência. Isto é, violências, como coerção e exposição não consentida, não são inerentes ao *sexting* e não devem ser vistas como parte do fenômeno. Porém, é importante que se compreenda que existem fatores de risco atrelados à prática que devem ser considerados nos estudos acerca do tema.

A prática do *sexting* é cada vez mais comum em todos os tipos de relacionamentos, gêneros, etnias e idades (Houck et al., 2016; Weisskirch et al., 2016), e tem sido vista como parte da dinâmica dos relacionamentos afetivos (Drouin et al., 2013; Madigan et al., 2018). Drouin et al. (2013) destacam que existem diversas motivações para o *sexting*, como desejo de se sentir sexy, brincadeiras, resposta a pedidos, forma de iniciar relações sexuais futuras e desejo de receber atenção. Embora o *sexting* não seja necessariamente negativo, existem fatores que têm relação com a ocorrência de adversidades possivelmente atreladas ao fenômeno, dentre eles a idade dos praticantes (Alonso-Ruido et al., 2015). Conforme citado, a

prática não é exclusiva da adolescência, porém a literatura indica que nesta faixa etária o *sexting* frequentemente é associado à impulsividade, à inconsequência, aos comportamentos sexuais de risco, à pressão de pares, à tentativa de obter atenção familiar e até à expectativa de ganhar popularidade (Cardoso et al., 2019; Mejía-Soto, 2014). Observa-se que as motivações para o engajamento em *sexting* relatadas por adolescentes comumente são externas, como vontade de pertencer ao grupo ou influência de amigos (Alonso-Ruido et al., 2015).

Apesar de serem observados esses aspectos de risco, é necessário compreender que a construção da sexualidade e da identidade da maior parte dos jovens atualmente está ligada à internet e aos celulares, incorporando o *sexting* ao processo de descoberta da própria sexualidade (Korenis & Billick, 2014). Embora a visão hegemônica acerca da adolescência ainda seja a de classificá-la como uma fase universal do desenvolvimento, compreende-se que na realidade existem adolescências que devem ser analisadas a partir de características sócio-históricas e econômicas (Cerqueira-Santos et al., 2014). Manoel et al. (2020) destacam que a adolescência é uma etapa plural do ciclo da vida e que considerar esse período como homogêneo é reducionista e pode impedir o reconhecimento de todas as potencialidades da adolescência. Além disso, os autores ressaltam que deslegitimar as experiências dos adolescentes, categorizando-as como irrelevantes ou alvos de críticas e repressões, pode gerar falta de diálogo, que é um fator de risco para o desenvolvimento saudável.

Considerando a pluralidade da adolescência, é necessário que o *sexting* seja estudado de forma contextualizada e não apenas classificado como um fator de risco *a priori*. O *sexting* é majoritariamente visto por adolescentes como algo natural, e é a possibilidade de exposição que gera preocupação, ou seja, o *sexting* em si não é visto como inadequado (Cardoso et al., 2019). Essa percepção indica que é preciso pensar em intervenções protetivas que não sejam proibicionistas, mas sim informativas a fim de reduzir os riscos e prevenir problemas. Ademais, as discussões sobre a prática devem ser contextualizadas de modo a abarcar aspectos socioculturais.

No contexto do *sexting*, essa perspectiva questiona a normatização da literatura, que aponta a adolescência como um risco *a priori*, e sugere que tanto o interesse pela prática do *sexting* quanto os riscos vivenciados dependem de fatores socioculturais (Barros et al., 2016). A partir da visão contextual, os riscos parecem estar mais relacionados a violências atreladas e à falta de informação sobre sexualidade – salienta-se que esse último termo se refere a mais do que apenas relações sexuais. Cardoso et al. (2019) destacam a importância da comunicação familiar e de a sexualidade não ser vista como um tabu pelos cuidadores, uma vez que o diálogo familiar tem efeito protetor para os adolescentes. No entanto, observa-se que tanto as escolas quanto as famílias evitam conversar sobre sexualidade com adolescentes, seja por tratar como algo inadequado ou por compreender como um fenômeno privado (Alonso-Ruido et al., 2015; Barros et al., 2015).

Observa-se que a vivência da sexualidade na sociedade atual ainda é permeada pelo proibicionismo e, especialmente na adolescência, é tratada como algo que não deveria acontecer (Barros et al., 2016; Louro, 2000). Barros et al. (2015) destacam que o *sexting* subverte a ideia de uma sexualidade privada, pois as experiências muitas vezes perpassam a esfera pública e as trocas de informações entre pares também são comuns, o que ressalta a necessidade de se falar sobre o assunto. Apesar disso, a literatura sobre *sexting* evidencia a falta de diálogo e de informação acerca das próprias vivências ao revelar que adolescentes o praticam, mas não o reconhecem e até o desqualificam em algumas ocasiões (Cardoso et al., 2019; Souza & Lordello, 2020). A evitação do tema gera falta de informação, que é um fator significativo para a construção de uma sexualidade saudável (Barros et al., 2015).

A sexualidade é construída socialmente, com influências culturais, políticas e do contexto histórico, e seu desenvolvimento é relacionado às imposições de gênero (Louro, 2000). Enquanto aos homens é ensinada a masculinidade agressiva e predatória, às mulheres é ensinada a feminilidade dócil e subordinada. Esses papéis de gênero estão presentes em diversos contextos, inclusive o escolar (Lionço & Diniz, 2009). Portanto, a discussão sobre

sexualidade deve abarcar aspectos sócio-históricos, como desigualdades de gênero. Na prática do *sexting*, observa-se que o sexismo permeia diversos momentos da troca de mensagens. Por exemplo, Gassó et al. (2020) apontam que as mulheres produzem mais *sexts* por serem mais pressionadas para tal, enquanto os homens recebem mensagens sexuais em maior frequência. Já em relação à exposição, as mulheres sofrem mais retaliações e punições, enquanto os homens são mais valorizados (Walker et al., 2013). Essa realidade chama atenção para o papel que a desigualdade de gênero exerce no fenômeno e evidencia que qualquer análise sobre a prática deve ser gendrada.

É importante demarcar que gênero é um constructo construído socialmente, que não é binário, mas será tratado a partir do binarismo nesse trabalho por compreendermos que as violências são decorrentes da visão binária imposta pela sociedade atual e, por isso, ocorrem principalmente contra mulheres e contra quem subverte os papéis esperados para o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Assim, o objetivo desse trabalho foi investigar aspectos da experiência de meninas que já vivenciaram uma exposição não consentida de *sexting* e identificar especificidades da violência de gênero presentes na visão de adolescentes do sexo feminino sobre o fenômeno.

Método

Participantes

Duas adolescentes, que receberam os nomes fictícios de Sofia e Ângela, do sexo e gênero feminino que tiveram fotos de conteúdo sexual expostas sem consentimento participaram desse estudo. As participantes têm 18 anos, Sofia declarou ser heterossexual e Ângela homossexual. Em relação à escolaridade, Sofia tem ensino médio completo e Ângela está concluindo o ensino fundamental pelo programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Para fins de análise é importante destacar que as duas participantes são brancas, magras e não possuem características muito desviantes do padrão de beleza hegemônico do Brasil, apesar de não terem exatamente os corpos indicados como ideais pela mídia.

Procedimentos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília e aprovada com parecer nº 3.688.215. Após o aceite, as adolescentes foram encaminhadas por profissionais de unidades do Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAV), onde recebiam atendimento. Foi realizado um estudo de casos múltiplos por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, ambas foram gravadas utilizando um gravador de celular. Uma das entrevistas ocorreu de forma presencial no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília. A segunda entrevista ocorreu na modalidade *online*. Na entrevista presencial a participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização de Som de Voz, na entrevista *online* a participante consentiu oralmente com a pesquisa e com a gravação de som.

Análise de dados

Os dados foram analisados de forma qualitativa por meio do método de Análise Temática proposto por Braun e Clarke (2006). As entrevistas foram integralmente transcritas e analisadas por duas pesquisadoras a partir da perspectiva construtivista, a fim de ampliar o olhar acerca dos dados. Os extratos das entrevistas que se referiam ao mesmo tema foram agrupados, compondo cada uma das categorias elaboradas posteriormente.

Resultados

Apresentação dos casos

Caso 1: Sofia tinha 13 anos quando teve sua foto exposta. A adolescente foi coagida a tirar a foto pelo menino com quem se relacionava após ser abusada sexualmente por ele. Foi o próprio ofensor quem divulgou a foto e ela soube da exposição por um amigo. A foto mostrava seu rosto e foi compartilhada virtualmente e no ambiente escolar, por meio de impressões. Ela mudou de escola após o episódio e cortou relações com o menino.

Caso 2: Ângela também tinha 13 anos na ocasião da exposição. Ela enviou a foto em um grupo de WhatsApp com colegas de escola como resposta a uma brincadeira de “verdade

ou desafio”. Seu rosto aparecia na foto e ela incluiu uma legenda provocante que foi usada para depreciá-la após a exposição. A foto foi divulgada em seu perfil de uma rede social por uma colega e ela foi avisada por um familiar que viu a postagem. A adolescente interrompeu os estudos após a exposição e só voltou a estudar cinco anos depois. Ela não mantém contato com nenhum dos colegas do grupo.

Os resultados obtidos nas entrevistas foram combinados em cinco categorias temáticas, estruturadas a partir dos dados: (1) Dinâmica do *sexting*; (2) Exposição indesejada; (3) Impactos da exposição; (4) Recursos para enfrentamento; e (5) Gênero.

Categoria 1: Dinâmica do *sexting*.

A categoria intitulada Dinâmica do *Sexting* foi composta pelas características que compuseram o detalhamento do *sexting*, como idade, motivações e relação estabelecida com a(s) pessoa(s) com quem se troca mensagem. Essa dinâmica foi extraída das falas das participantes em relação às suas próprias experiências e vivências de amigas e conhecidas. Os resultados apontaram que as imagens de nudez que estão presentes no *sexting* iniciaram muito cedo para as participantes e que essa prática é considerada comum entre adolescentes do ensino fundamental. De acordo com uma das participantes o envio de fotos é mais comum entre meninas do ensino fundamental que do ensino médio “porque as meninas têm uma inocência muito grande ainda”. Na época da exposição já conheciam ou sabiam de outras meninas que haviam enviado *sexting* e que o pedido costuma vir de meninos, mas ocorre em diferentes contextos como brincadeiras, uso de chantagem e coerção, ou como parte da relação afetiva-sexual.

A participante Ângela relatou que o pedido para o envio da sua foto foi feito por um menino de sua idade em um grupo de WhatsApp com colegas de escola durante um jogo de “verdade ou desafio”. A solicitação foi feita para ela e outra menina. As fotos foram enviadas no mesmo grupo, sob a promessa de que não sairiam daquele espaço. Já a participante Sofia relatou ter enviado a foto por meio de mensagem privada no celular mediante coerção de um

colega mais velho com quem tinha um relacionamento e esse pedido ocorreu após uma violência sexual. Sofia afirmou “Ele fez chantagem emocional comigo de novo. [...] E eu tava com medo dele. Eu tava sentindo dor, ele tinha me machucado. E eu pensei “cara, se eu não der o que ele quer, o que que ele vai fazer comigo? Ele vai me machucar de novo” e relatou que situações de chantagem são comuns entre adolescentes. Segundo ela, a maior parte das colegas que mandaram fotos nuas na adolescência o fizeram após serem chantageadas por meninos com falas como “você não gosta de mim” ou “você não confia em mim”.

Os resultados apontaram que as motivações para o envio foram diversificados, entre eles foram destacados o pertencimento e a naturalidade com que deveriam ser tratadas essas trocas entre relações de confiança. Ângela relatou que o esforço por popularidade era comum em sua escola e, como ela sofria muito *bullying*, produziu a foto em uma tentativa de se encaixar no grupo. Ela identificou a busca por atenção como motivação para tirar e mandar a foto afirmando que “se eu fizesse amizade com as pessoas populares eu não seria tão zoada. Eu não seria tão anônima na escola”. Isto é, sua motivação para o *sexting* foi o desejo de pertencimento ao grupo e de validação e reconhecimento dos pares. Já Sofia teve sua foto motivada pelo medo diante da coerção do colega, ou seja, a produção da foto foi uma violência e não uma expressão do *sexting*. Apesar das situações de exposição, ambas afirmaram que veem a troca de mensagens sexuais como algo normal desde que haja confiança e respeito entre os envolvidos. Ângela afirmou que ela e os amigos têm medo de enviar fotos, mas que veem como algo natural entre pessoas em um relacionamento estável e que confiam uma na outra. Já Sofia retratou a visão de naturalidade, defendendo que não é errado enviar fotos ou mensagens de conteúdo sexual para uma pessoa ou um grupo. Segundo ela, o principal do *sexting* é o respeito à privacidade da pessoa, independentemente da relação estabelecida. Ela relatou que “eu vejo (nudes) como algo que deve ser respeitado. Porque se uma mulher escolhe mandar uma foto, a foto não deve correr por aí. Se ela confiou em você pra mandar uma coisa é porque tem que ser guardado”. Sofia destacou, ainda, que se a pessoa

acredita que encaminharia uma foto ela deve pedir que a outra não mande fotos com esse conteúdo.

Categoria 2: Exposição indesejada.

Esta categoria é composta pela caracterização do que compõe a exposição de suas fotos ou de pessoas que elas conhecem. Os resultados mostraram situações diferentes quanto à exposição, desde quem expôs, à forma como essa exposição se deu. No caso de Ângela a foto não foi exposta pela pessoa que pediu o envio, mas sim por uma colega que estava no grupo de WhatsApp em que a imagem foi mandada. A exposição não consentida da foto para outras pessoas que não eram parte do grupo ocorreu no meio digital com um *post* em sua linha do tempo do Facebook. Ela relatou que a menina que enviou foto no grupo, além dela, não foi exposta, pois não havia forma de identificá-la. Ademais, Ângela afirmou que acredita que a postagem de sua imagem foi motivada por vingança da colega que a expôs, pois elas haviam tido um conflito após uma acusação de que Ângela havia revelado a traição que resultou no término do relacionamento da colega. A adolescente descobriu sobre o *post* após um familiar ver a foto e entrar em contato com ela para falar sobre o assunto. Ela relatou o sofrimento da mãe, que segundo Ângela se desesperou como ela, porém, afirmou que poucas pessoas da família sabem do ocorrido.

Na experiência de exposição de Sofia o encaminhamento de sua mensagem privada para terceiros foi feito pelo mesmo menino que havia solicitado a imagem. Ela relatou que ele espalhou a foto para as pessoas contando sobre a perda de sua virgindade, o que indica que sua motivação esteja ligada à autoafirmação de virilidade no papel de “pegador”. Além do meio *online*, a partir do reenvio de mensagens, a exposição também ocorreu no contexto *off-line* com fotos impressas e distribuídas na escola. Ela relatou que a foto foi enviada para pessoas de sua escola, da escola do ofensor e de outras escolas. Sofia também reportou que seu caso não foi o único em que ela viu fotos serem impressas e coladas nos espaços escolares, como forma de expor a pessoa fora das redes. Ela relatou que descobriu sobre a

exposição por meio de um amigo que a questionou por mensagem sobre o porquê de ela ter enviado a foto demonstrando sua reprovação e culpabilizando-a. Sua família não soube da exposição imediatamente, ela demorou meses para contar para a mãe, alguns familiares só souberam após anos e outros ainda não sabem. Ambas as participantes disseram ter enviado fotos de corpo inteiro incluindo o rosto e atribuíram a exposição ao fato de terem mostrado seus rostos nas fotos.

Categoria 3: Impactos da exposição.

Esta categoria apresenta impactos psicológicos e sociais sofridos devido à exposição não consentida de fotos íntimas. Foram relatados repetidos impactos sociais, principalmente no ambiente escolar. Os resultados evidenciaram a falta de suporte na escola, tanto por parte de colegas quanto da equipe escolar. As participantes afirmaram ter vivenciado situações de xingamentos, sobretudo de cunho sexista, e constantes julgamentos que ocorreram por meses. As entrevistas também revelaram que as ofensas são feitas de diferentes formas, desde as mais diretas até provocações relativas a detalhes específicos da imagem exposta. Por exemplo, uma das participantes relatou que os colegas usaram a legenda que ela escreveu em sua foto para desqualificá-la após a exposição. De acordo com os resultados, os julgamentos mais comuns são relativos às motivações e à responsabilidade da pessoa exposta sobre as fotos. Um exemplo é o relato de Ângela que conta: “Falavam que eu queria muito fama e que realmente consegui a fama que eu queria na escola”.

As participantes denunciaram que as fotos costumam ser expostas não só na escola da vítima, mas em outras escolas e nas redes sociais. Esse nível de gravidade dos impactos sociais também deve ser ressaltado em relação à não transitoriedade dos efeitos. Por exemplo, uma das participantes relatou que interrompeu seus estudos após o episódio de exposição por não querer vivenciar mais os julgamentos e só decidiu retomar a escola três anos após a exposição, porém ainda tinha dificuldade de estar no ambiente escolar. A escola foi descrita como um espaço traumático após a exposição das fotos pelas entrevistadas.

Além dos impactos sociais, foram descritas consequências de ordem psicológica, como diagnósticos de depressão e ansiedade. Uma das participantes também relatou que após anos de crises depressivas recorrentes, recebeu o diagnóstico de bipolaridade. As entrevistadas retrataram diversas situações de crises de ansiedade desencadeadas pela violação de privacidade. Foram relatados diversos episódios de choros intensos e de ideação e até tentativas de suicídio decorrentes da violência. Também foram descritas situações de autoflagelo como tentativa de reduzir a dor emocional. Outras emoções acentuadas foram reveladas nos resultados, como culpa, dor desespero, medo e forte incômodo em falar sobre a exposição de fotos. As participantes afirmaram ter tido medo de conversar com alguém após a exposição e disseram se sentir culpadas pela exposição, apesar de o sentimento ter reduzido ao longo dos anos.

Foram apresentadas, ainda, consequências de impacto na vida pessoal. Uma das participantes relatou ter desenvolvido dificuldade para confiar em homens e afirmou que passou a adotar medidas protetivas após as situações de violência que vivenciou. Os resultados também revelaram efeitos negativos em relação ao uso de tecnologia e de redes sociais, a fim de garantir que a exposição não ocorrerá novamente. Ângela descreveu “Eu fico vendo a câmera do celular. [...] minha cabeça fala que é pra mim checar as redes sociais várias vezes pra ver se eu mandei mensagem ou se sem querer eu postei. Aí eu fico checando, checando 50 vezes”. Esse relato evidencia que a exposição pode gerar prejuízos nas interações sociais das vítimas, que podem desenvolver comportamentos disfuncionais tal como o narrado.

Categoria 4: Recursos para enfrentamento.

Esta categoria abarca recursos pessoais e sociais protetivos que tiveram função de reduzir o agravo nas vivências das participantes. Também foram incluídos nessa categoria os recursos que as participantes sinalizaram como preventivos para que outras adolescentes não passem pelas mesmas situações que elas, possibilitando redução de fatores de risco e de

vulnerabilidade. Os resultados indicaram dois aspectos principais relacionados tanto ao risco quanto à proteção: rede de apoio e acesso à informação. Isto é, a presença de uma rede de apoio teve papel protetivo e a ausência de rede foi prejudicial. O mesmo ocorreu para o acesso à informação, que preveniu agravos nos momentos em que as participantes tiveram esse acesso, mas sua falta esteve ligada às situações de vulnerabilidade descritas pelas participantes.

Os resultados evidenciaram a necessidade de rede de apoio e de acolhimento. As participantes destacaram a importância de se falar sobre o assunto, afirmando que conversar sobre a violação é uma forma de “atravessar esse caminho” e que o fato de não falar é “sofrer calada”. Apesar de reconhecerem a necessidade, as entrevistadas relataram que não tiveram essa rede disponível e que demoraram anos até conseguirem conversar com alguém. Uma das participantes relatou que nunca se sentiu verdadeiramente acolhida em relação a essa situação e não teve com quem falar. Ângela ressaltou que gostaria de poder conversar com alguém que também tenha vivido uma exposição, pois acredita que assim se sentiria menos sozinha. As entrevistadas afirmaram que foram muito julgadas, não receberam ajuda de amigos e, portanto, não se sentiram confortáveis para falar com eles após a violência.

Embora as participantes tenham reportado ausência de rede de apoio, foram constatadas circunstâncias em que algum tipo de rede pode ser observada, ainda que não tenham ocorrido imediatamente após a exposição. Os resultados apontaram presença de rede familiar, principalmente a partir da figura materna. As entrevistadas relataram o sofrimento de suas mães diante da descoberta, mas afirmaram que após o momento de choque inicial receberam apoio e compreensão por parte delas. Sofia destacou como positiva a relação com a mãe e afirmou “eu não culpo as minhas amigas por não terem acolhido, principalmente porque elas não têm tanto contato com o que eu tive que é poder conversar com a minha mãe”, comparando-se às amigas, com intuito de explicar porque acredita que elas não sabiam como lidar com a violência sofrida, visto que não tiveram oportunidade de ter alguém que as

orientasse e conversasse, como ela teve a mãe após a violação. Não foi constatada nenhuma situação de punição familiar nas entrevistas.

Além da rede familiar, foram observadas algumas ações protetivas pontuais, que não foram reconhecidas como rede de apoio pelas adolescentes, mas foram manifestações de acolhimento e/ou orientação. Os resultados revelaram diversas situações identificadas como momentos de acolhimento e confiança entre mulheres, seja por meio de conversas ou troca de experiências. Por exemplo, Ângela relatou ter recebido mensagens afetuosas de colegas pedindo que ela voltasse à escola. Já Sofia narrou que uma colega rasgou uma das cópias impressas de sua foto na escola e a defendeu dizendo que o que os outros colegas estavam fazendo era errado. As entrevistas revelaram baixa participação ativa das escolas, apesar de a maior parte das violências ter ocorrido no ambiente escolar. Foi constatada apenas uma ação protetiva de profissionais da escola no caso de uma das participantes, que foi encaminhada ao serviço de atendimento a vítimas de violência – Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAV) – pela psicóloga escolar. Porém, o encaminhamento ocorreu anos depois da violência e em outra escola, após a adolescente ter uma crise de ansiedade e relatar sua história para a psicóloga escolar. Destaca-se que o atendimento no PAV caracteriza um recurso tanto em relação ao acolhimento quanto ao acesso à informação, que foi segundo fator detectado como significativo no que tange aos recursos.

A importância do acesso à informação foi identificada a partir dos resultados que evidenciaram a vulnerabilidade das adolescentes decorrente da falta de educação sexual adequada. As entrevistas revelaram que parte das consequências negativas experienciadas pelas participantes foi decorrente de elas terem enviado fotos identificáveis, em que apareciam seus rostos. As adolescentes atribuíram isso à falta de informação e disseram conhecer outras meninas que já tiveram fotos expostas, mas não sofreram tantas consequências por não terem sido identificadas. As participantes relataram que, apesar de o *sexting* ser uma prática comum para elas, ninguém nunca conversou sobre a troca de fotos de

conteúdos sexuais com elas e não tinham informações protetivas sobre isso. Sofia relatou acreditar que as adolescentes mais novas são as mais vulneráveis e as que mais enviam fotos justificando que “as meninas têm uma inocência muito grande ainda. Eu sabia o que que era, mas eu não tinha o conhecimento sobre isso. De como faz, como que é, o que eu devo fazer ou não devo fazer”.

A inocência foi citada em outros momentos das entrevistas, o que realça a necessidade de se falar sobre direitos sexuais a fim de empoderar as adolescentes para que elas compreendam seus direitos e saibam como se proteger de possíveis exposições. Os resultados evidenciaram que a educação sexual também se faz necessária também para que as vítimas entendam que não têm culpa em casos de exposição, já que o sentimento de culpa foi frequentemente relatado pelas participantes, como se observa no trecho da entrevista de Ângela “às vezes eu falo pra mim mesma que isso já passou ou que eu não poderia me sentir culpada porque eu era muito inocente na época. Só que eu era tão inocente ao ponto de não saber que não poderia mandar? Eu me sinto muito culpada ainda por tudo”.

A carência do acesso às informações presentes na educação sexual também foi observada a partir dos relatos das entrevistadas sobre outros abusos sofridos por elas e/ou amigas. Os resultados revelaram que as adolescentes frequentemente sofrem violências, inclusive sexuais, sem tomar conhecimento de que foram violentadas. Foi observado que em diversos momentos as meninas só descobrem a violência sofrida ao serem alertadas por amigas e a busca de informações entre pares é comum diante da falta de informação qualificada, o que aumenta a vulnerabilidade, visto que as adolescentes que informam ainda estão no início de suas vidas afetivo-sexuais e, em geral, também não receberam educação sexual. Recursos de comunicação como filmes e *posts* na internet também foram identificados como possíveis substitutos da educação sexual, exercendo o papel de informar as adolescentes, como se observa na fala de Sofia: “Inclusive eu entendi quando eu vi um filme. [...] aconteceu a mesma coisa que aconteceu com ela, aconteceu comigo. Aí eu fui tomar um

choque de realidade, só que depois de muito tempo que eu descobri que minha invasão de privacidade... Que teve invasão de privacidade.”

Os resultados também indicaram a educação sexual como fator protetivo e de prevenção de agravo. As participantes destacaram a falta de informação como motivos para as experiências negativas vivenciadas e ressaltaram que ter acesso à informação as ajudou a se sentirem menos culpadas, a buscarem ajuda e a desenvolverem recursos pessoais e sociais para lidar com a violência sofrida. Uma das participantes relatou que após começar a estudar sobre feminismo e sobre direitos das mulheres ela conseguiu formar uma rede de apoio entre mulheres, em que ela protege e é protegida, e afirmou “eu acho importante conversar sobre isso que aconteceu comigo com mulheres. Porque eu acho que isso ajuda a abrir a mente delas pra procurar ajuda”. O conhecimento sobre feminismo foi indicado como importante para compreenderem que independentemente das fotos produzidas a privacidade deveria ser respeitada e que a responsabilidade da exposição era da pessoa que expôs e não delas.

Sofia afirmou que “depois que eu fui entender que a culpa não era minha, a culpa era da pessoa que fez. E aí foi quando eu fiz a denúncia e quando eu fui pro PAV”, indicando que o acesso à informação sobre seus direitos foi essencial para que ela buscasse ajuda. A participante também elencou a educação sexual como transformadora e disse “quero ser sexóloga. [...] Ajudar garotas que tenham problemas pessoais com a sexualidade e a exposição delas”. Esses resultados sugerem que falar sobre sexualidade e direitos sexuais de forma ampla pode ser um fator de prevenção e prevenir agravo, o que foi observado nesse estudo, visto que a participante que não teve acesso a informações após a exposição relatou mais impactos sociopsicológicos que a participante que recebeu informações.

Além desses aspectos identificados como recursos requeridos mais frequentemente, foram observados impactos decorrentes de características pessoais, como autocobrança, que foi indicada pelas participantes como um fator de aumento do sentimento de culpa. Isto indica que características de personalidade também podem ser um recurso constatado ou requerido

para lidar com possíveis adversidades atreladas ao *sexting*. Outra questão colocada pelas participantes foi a desvalorização da violência da exposição de fotos. Uma das participantes afirmou que acredita que seus amigos e familiares não acolheram seu sofrimento por acharem que a exposição das fotos não era grave, dizendo “quando eu falo sobre isso as pessoas pensam ‘ela sofreu violência sexual e uma foto foi só uma foto’”. Ela destacou esse julgamento como problemático, ressaltando que a ausência de apoio teve impacto bastante negativo para ela por ter se sentido sozinha sem poder falar com ninguém.

Categoria 5: Gênero.

Esta categoria é composta pelos extratos das entrevistas que se referem a questões de gênero, seja por meio de relatos de outros abusos vivenciados ou da compreensão das participantes sobre a desigualdade de gênero e a cultura sexista. As adolescentes relataram já terem passado por outras situações de abusos físicos, psicológicos e sexuais, e narraram situações de abusos em relacionamentos românticos. Ângela relatou um episódio de abuso por parte de um familiar e associou essa situação à exposição de sua foto, classificando-as como violências que geram impactos psicológicos e até comportamentos de autoflagelo. Sofia contou sobre duas situações de violência sexual sofridas, uma delas antecedeu a exposição e o agressor a chantageou para tirar a foto sexualizada que foi exposta por ele. Destaca-se que tanto a chantagem para produzir a foto quanto a exposição não consentida dela também caracterizam violência sexual. Além desses episódios, elas descreveram diversas ocasiões de assédio, inclusive decorrentes da exposição das fotos. Uma das participantes relatou que um colega a perguntou se ela “era boa no que fazia” e a perguntou quanto ela cobraria para ter relações sexuais com ele, remetendo à ideia de que ela era profissional do sexo por ter tirado uma foto nua.

Sofia ressaltou que não soube reagir no momento do abuso e sequer conseguiu identificar a violência imediatamente. Ela afirmou que acreditava que a dor e os sintomas que teve posteriormente, como sangramento e dificuldade de urinar, eram normais após a primeira

relação sexual. A entrevistada afirmou que o agressor a pressionou dizendo que ela não confiava nele, que eles estavam quase namorando e que relações íntimas fariam parte desse relacionamento. Sofia relatou a negociação gradativa até chegar à violência sexual, o que se observa em extratos como “ele falou ‘não, vamo lá pra baixo do meu prédio’ e eu falei ‘tá bom, quero ir pra baixo, mas não quero entrar’. [...] ele falou ‘vamo subir’ e eu falei ‘não, não quero subir’ e ele ficou insistindo, insistindo, insistindo. Começou a fazer chantagem emocional comigo. Aí eu falei ‘tá, a gente vai ficar só na sala. E ele começou a fazer chantagem de novo”. A participante relatou, ainda, que após o estupro foi obrigada a tomar pílula do dia seguinte sem seu consentimento, caracterizando mais uma violação de seu corpo e de suas vontades. A participante também contou que o ofensor era alguns anos mais velho que ela e que se sentiu muito culpada quando ele duvidou de seu afeto e de sua confiança por ela não querer ter relações sexuais.

O sentimento de culpa decorrente de noções sexistas foi frequentemente observado nos resultados desta pesquisa. As participantes afirmaram que ainda se sentem culpadas em alguns momentos e questionam se de fato não era responsabilidade delas saber que não deveriam mandar fotos como as que enviaram, em que elas podiam ser identificadas. Porém, os resultados apontaram que a maior culpabilização ocorre socialmente. As adolescentes contaram que sofreram represálias sexistas, como xingamentos sugerindo uma suposta “desvalorização sexual” delas ou afirmações de que elas não se valorizavam. É importante ressaltar a alta frequência desses comentários que sugestionam que mulheres que exercem a sexualidade não têm valor e que é responsabilidade delas demarcar esse valor por meio da não manifestação de comportamentos socialmente reprováveis para mulheres. As entrevistadas também relataram que colegas afirmaram que a culpa da exposição era delas por terem mandado fotos mostrando seus rostos e uma das participantes disse que foi chamada de burra por isso.

Foi observada, ainda, a culpabilização como forma de desresponsabilizar a pessoa que expôs as fotos. Os resultados apontaram que as meninas foram colocadas como mais responsáveis pela exposição pelo simples fato de terem enviado uma foto. Em um dos casos a participante relatou “a mãe (dele) culpou eu, dizendo que eu era responsável. Que eu era mais uma garota que já tinha feito isso, que isso já era normal. Que ela não taria nem aí porque o filho dela não seria culpado de nada. A culpada teria sido eu que mandou e tava no celular do filho dela”. A participante Sofia relatou que, além de ter sido responsabilizada pela exposição da foto, também foi culpabilizada pela violência sexual que sofreu, visto que o ofensor afirmou que ambas as situações haviam sido iniciativa dela.

Outro fator apontado pelas participantes como fonte de culpa foi o corpo. As participantes relataram que sempre receberam muitas críticas relativas aos seus corpos, mesmo antes das fotos, tanto de familiares quanto de conhecidos e amigos. Observou-se o sentimento de culpa atrelado à objetificação feminina, como se observa no trecho “o estupro por que aconteceu? Porque o meu corpo foi usado. Se eu não tivesse o corpo assim, não teria sido usado. A exposição das fotos, por que aconteceu? Porque eu tenho o corpo desse jeito. Se eu não tivesse o corpo desse jeito, não teria sido usado. Na minha cabeça tudo tava ligado ao meu corpo e eu jogava a culpa toda pra mim”. Uma das entrevistadas relatou que acreditava que se seu corpo fosse compatível com o padrão social as reações teriam sido melhores e menos punitivas e afirmou “eu fiquei pensando que se eu tivesse um corpo bonito não teriam me julgado. Eu tinha entendimento de que o que tinha acontecido era errado, mas mesmo assim, eu mesma me julguei”.

As entrevistadas também relataram os impactos negativos das percepções externas na construção da relação delas com os próprios corpos. Elas afirmaram que as cobranças e os comentários sobre como os corpos delas deveriam ser diferentes, seguindo a exigência do padrão de beleza imposto às mulheres, sempre prejudicaram a autoestima e a autoimagem delas. As adolescentes afirmaram que a exposição das fotos intensificou a insegurança delas

acerca da aparência física e que acreditam que o sofrimento da exposição foi pior por saberem que mais pessoas estavam vendo e julgando seus corpos. Sofia afirmou que “Tudo que acontece na minha vida, o assunto final sempre é o meu corpo. [...] E aí eu tive na minha cabeça sempre a ideia de que o meu corpo é um problema. Porque ele foi um problema. [...] O problema de tudo não era só a foto, o problema de tudo era meu corpo. Era todo mundo falando do meu corpo”, e ressaltou que as pessoas fizeram críticas contraditórias como “Tinha gente que falava do tamanho do meu peito. Que era grande demais. [...] Outros falavam que eu era magra demais, que eu não tinha corpo, não tinha peito”, o que evidencia que o julgamento ao corpo feminino ocorre independentemente do corpo em questão.

Os resultados indicaram que a insegurança das adolescentes também se manifestou pela necessidade de validação social. As participantes relataram medo de ficarem sozinhas e de não serem amadas ou desejadas. Sentimentos como carência, apego e “desespero por atenção” foram relatados tanto como motivação para enviar a foto exposta quanto para se manter em relacionamentos posteriores. Por exemplo, Ângela afirmou que se mantém em uma relação que reconhece como abusiva por não conseguir terminar devido à possibilidade de ficar sozinha. Sofia contou que se preocupou bastante quando recebeu o pedido para enviar a foto nua por ter receio de tirar uma foto que desagradasse. Apesar de a solicitação para a foto ter sido coercitiva e advinda de uma pessoa que havia abusado dela, ela afirmou “E aí se eu mandasse uma foto feia eu pensei ‘pronto, acabou. Não vou ter mais nada na vida’”. Esses resultados evidenciam aspectos da cultura sexista em que as identidades das mulheres são constituídas com a necessidade de serem amadas e desejadas.

A cultura patriarcal também foi observada a partir dos relatos das adolescentes acerca de outras conhecidas que já sofreram abusos físicos ou sexuais. As entrevistadas afirmaram conhecer mais de uma mulher que já havia sofrido violência sexual, seja por estupro ou exposição de fotos. Uma das participantes relatou que após contar sobre o abuso que sofreu descobriu diversos casos em sua família, principalmente de abusos intrafamiliares em que o

ofensor não foi denunciado e ainda convive com as vítimas. Ela contou que foi assediada por um homem que já havia abusado de outras mulheres de sua família e ela foi a única que denunciou, enfatizando que suas leituras sobre feminismo para superar o abuso prévio a ajudaram a denunciar o agressor nessa situação. As participantes ressaltaram que a exposição de fotos também é uma violência comum entre adolescentes e que já viram muitas colegas serem expostas. Acerca da exposição de *sexting*, foi relatado um episódio em que homens da família da vítima tentaram matar o agressor da adolescente, o que evidencia outro problema de gênero, por meio de uma demonstração da masculinidade adoecida e violenta. A participante que contou essa situação destacou que a reação dos familiares foi muito negativa e que o certo teria sido que denunciassem o ofensor.

Os resultados revelaram também as percepções das adolescentes acerca da desigualdade de gênero. As participantes destacaram que a maior parte dos homens que conhecem são machistas de alguma maneira, seja explícita ou velada, e que por isso têm dificuldade de confiar e se abrir com homens, o que não ocorre nas relações com mulheres. Elas apontaram que percebem que comportamentos machistas não costumam ser punidos. Essa visão também foi apresentada em relação à prática de *sexting*. As adolescentes afirmaram que não veem problemas no envio de fotos de conteúdo sexual, mas sim na falta de respeito à privacidade, e ressaltaram que a exposição é pior para mulheres. Uma das participantes afirmou “o corpo da mulher é invadido de uma forma tão grande [...] Com homem eu vejo raramente acontecer como acontece com a mulher. Eu vi uma vez e isso porque ele era gay”. Ela enfatizou que o julgamento social recai sobre a mulher, citou um caso de um artista brasileiro que teve um vídeo exposto e ressaltou “não chamaram ele de vadio, de vagabundo, de piranho, que ele não se valorizava porque ele tava com uma prostituta. Não, quem não se valorizou foi ela sendo que é a profissão dela. Isso pra mim já é o auge da coisa”.

Os resultados mostraram a compreensão de que há grandes desigualdades no tratamento de homens e mulheres, especialmente diante da exposição indesejada de *sexting*, o que é realçado por meio do trecho “E aí eu vejo hoje em dia com muita clareza que a gente vive em um mundo desigual e que eu não estou errada”. Observa-se, a partir das entrevistas, que essa consciência é essencial para que as adolescentes não sejam ou se sintam responsabilizadas pela exposição.

Discussão

O estudo revelou aspectos da dinâmica do *sexting*, dentre eles, destaca-se a idade que as participantes indicaram como comum para o início das trocas de mensagens. Embora seja considerado que a prática se inicia no final da adolescência e a maioria das propostas de intervenção sejam voltadas a esse público, é essencial considerar que o *sexting* tem iniciado antes e, portanto, as intervenções devem ocorrer mais cedo. As entrevistas também mostraram que o fenômeno é visto com naturalidade e que as adolescentes têm compreensões diversas acerca de como pode ocorrer a troca de mensagens, considerando os tipos de relações estabelecidas. Apesar das visões diferentes, as participantes convergem em relação à percepção de que o mais importante é que haja respeito e confiança entre as pessoas envolvidas no *sexting*. Essa compreensão é importante, pois evidencia que as adolescentes entendem que a prática do *sexting* é normal e permitida, e que o problema é a violação de privacidade e não o ato em si. Essa visão reafirma o que a literatura mais atual indica sobre os riscos atrelados ao fenômeno, que constata a prática como parte das relações contemporâneas (Drouin et al., 2013; Mitchell et al., 2012).

As entrevistas evidenciaram características do processo de exposição não consentida. As participantes atribuíram a exposição ao fato de terem enviado fotos em que seus rostos apareciam, sugerindo que esse pode ser um fator de risco na prática. Também foi salientada a exposição fora das redes sociais, demonstrando que as violências decorrentes de exposição *online* não se restringem ao ambiente virtual (Hasinoff, 2017). Observou-se que o maior

número de consequências relatadas foi social, como mudança de escola e até interrupção dos estudos. É importante ressaltar que esses efeitos foram associados a críticas e acusações, como dizer que as adolescentes queriam fama ou apenas chamar atenção, e que esses julgamentos geraram profunda exclusão social, deixando as vítimas sem rede de apoio. Em consequência disso, foram descritos diversos impactos psicológicos, como os transtornos desenvolvidos por elas, que corroboram as repercussões mais reportadas por mulheres nas pesquisas da área (Bannink et al., 2014; Grov et al., 2011; Mejía-Soto, 2014). Além dos transtornos, as participantes relataram já terem tido mais de um episódio de ideação ou tentativa de suicídio. Esses resultados evidenciam a gravidade da exposição e as diferenças das repercussões a depender do gênero da pessoa exposta (Ross et al., 2019; Mejía-Soto, 2014; Walker et al., 2013).

As situações de exposição relatadas foram diferentes entre as participantes, no entanto, verifica-se aspectos relacionados à desigualdade de gênero como consequência de ambas. Elas relataram como piores julgamentos os xingamentos machistas e desqualificadores, principalmente em relação à sexualidade delas. Apesar de as mulheres terem seus corpos constantemente expostos e de a nudez feminina ser comercializada desde o mercado da moda até propagandas de objetos quaisquer, a nudez autoproduzida desagrada e gera opiniões que classificam mulheres a partir de sua pureza sexual como medida de valor. Zanello (2018) destaca que essa forma de classificação entre mulheres “de família” e “as outras” se consolida com base nas necessidades do matrimônio na sociedade capitalista, patriarcal e religiosa. Assim, o controle dos corpos femininos se fortaleceu fundamentado em concepções de que o sexo deveria ser apenas para procriação e que a mulher teria o papel de cuidar da família. Esse discurso – endossado pela medicina e pelas artes – reprova a vivência da sexualidade das mulheres para além do casamento e rotula nudez e práticas sexuais como erradas e prejudiciais, como apontado por Federici (2017) em sua análise sobre a politização da

sexualidade. Nessa perspectiva, podemos compreender que o *sexting* ainda é visto como uma promiscuidade, já que seria um exemplo de exercício ‘improdutivo’ da sexualidade.

A sexualidade dos homens, porém, nunca foi proibida e isso gerou uma hierarquia entre as mulheres “de respeito” - que seriam escolhidas para casar – e as que seriam apenas usadas para sexo (Federici, 2017). Destaca-se que foi atribuída às mulheres a tarefa de se manterem no lugar de puras, provando seu valor e aceitando as consequências caso falhem nessa responsabilidade. Isso é observado não só nos julgamentos que as participantes receberam, mas também na culpabilização - interna e externa - vivida após a exposição. A visão de que era obrigação delas saber que não deveriam expor seus corpos, ainda que as fotos tenham sido produzidas por pedidos masculinos e distribuídas por meninos, evidencia que desde novas as mulheres são responsabilizadas por manter o recato sexual e os homens são protegidos e absolvidos de seus erros.

Além da obrigação de manterem seu título de ‘respeitáveis’, também é esperado que as mulheres agradem aos homens, o que gera uma ambiguidade acerca de como devem se comportar. A relação ambígua é observada na prática do *sexting*, pois as mulheres são cobradas a enviar mensagens como agrado aos parceiros, mas amplamente punidas quando os *sexts* são expostos por serem consideradas promíscuas (Flach & Deslandes, 2019). Zanello (2018) defende que as mulheres são subjetivadas na “prateleira do amor”, em que são avaliadas e escolhidas por homens e por isso são ensinadas a satisfazê-los. Isso foi observado nos resultados desta pesquisa a partir da necessidade de agradar, revelada nas motivações das participantes. Enquanto uma das adolescentes enviou sua foto por querer pertencer ao grupo, a outra o fez por querer agradar o menino com quem se relacionava – e que a chantageou para produzir a foto. Destaca-se que na segunda situação fica evidente a gravidade dessa lógica, pois a adolescente foi sexualmente abusada pelo companheiro e coagida a tirar a foto, mas ainda assim, afirmou que pensava que sua vida acabaria se ele não gostasse mais dela. Isso

mostra o quanto a avaliação masculina é vista como identitária para as mulheres, a ponto de pensarem que a vida não teria mais sentido se não fossem escolhidas por um homem.

A necessidade de validação também foi observada por meio da preocupação trazida acerca do próprio corpo. As adolescentes afirmaram ter baixa autoestima e narraram diversos comentários que já ouviram sobre a aparência delas. Uma das participantes afirmou que sofreu mais por saber que seu corpo seria julgado que pela violação de sua privacidade. Esse sofrimento pode ser compreendido pelo ensinamento social de que estar no padrão de beleza é uma obrigação feminina e que seus corpos devem ser vistos como bonitos para elas serem escolhidas por um parceiro (Zanello, 2018). A imagem do corpo ideal de mulher é frequentemente vendida na mídia e a popularização da internet tornou isso ainda mais intenso. Zanello (2018) destaca que a partir do século XX a beleza física passa a ser o principal atributo esperado de mulheres para serem validadas socialmente e que, com o desenvolvimento da indústria de cosméticos, ser considerada bela é visto como uma tarefa ética das mulheres - visto que só não é bonita quem não se cuida, quem é desleixada. Essa percepção social gera impactos nas mulheres desde jovens, pois as meninas crescem acreditando que seus corpos são suas características mais importantes e não ter um corpo desejável torna-se um grave sofrimento e prejuízo para a autoestima.

Além da angústia para estar no padrão hegemônico, atribuir o valor da mulher ao seu corpo também produz uma naturalização da objetificação, pois determina o corpo como a única utilidade da mulher e até como moeda de troca. Deste modo, banaliza-se o tratamento da mulher como um objeto de prazer ou de posse, e permite a violação do corpo feminino como disputa de poder, normalizando situações de violência (Arruzza et al., 2019). Isso foi observado nos relatos das participantes, especialmente na dificuldade de reconhecer episódios de violência. Um exemplo disso é que uma das adolescentes foi violentada após ser chantageada a ceder às investidas sexuais do companheiro sob pretexto de que eles estavam quase namorando. Saffioti (1994) ressalta que a concepção de que a mulher é obrigada a

manter relações sexuais com o parceiro sempre que ele desejar é amplamente difundida socialmente, o que naturaliza o estupro marital como débito conjugal, que tende a não ser identificado como estupro. Os resultados desta pesquisa revelaram que esse débito também é observado em relações menos estáveis e mais jovens.

A dificuldade em reconhecer violências sinaliza como as mulheres se subjetivam a partir da percepção de que os homens têm direito sobre seus corpos e, por isso, não veem as violações como algo errado, mas sim como algo habitual, pois é papel da mulher satisfazer o homem ainda que ela não queira no momento. A objetificação retira das mulheres o direito à sexualidade saudável, visto que, ao contrário dos homens, as mulheres não são ensinadas a explorarem seus próprios desejos, mas a satisfazerem os desejos masculinos e agradarem os homens (Arruzza et al., 2019). As mulheres aprendem que seu objetivo deve ser serem desejadas e não obterem prazer, o que aumenta a vulnerabilidade delas, já que com o objetivo de satisfazer o outro elas se submetem a muitos atos indesejados, como foi observado no caso da participante que enviou sua foto contra vontade por receio de desagradar o companheiro.

Outros fatores significativos associados ao que é socialmente ensinado sobre ser homem ou mulher - e o que é permitido para cada um - também foram observados nas motivações da exposição não consentida. Um dos motivos descritos foi a vingança de uma colega descrita como “inimiga”. Essa definição exemplifica a rivalidade feminina comumente observada na sociedade. Zanello (2018) aponta que a relação de competição entre as mulheres é construída e incentivada devido à necessidade de ser escolhida, já que o processo de ser escolhida envolve a concorrência por atenção com outras mulheres. A relação de disputa produz a desunião das mulheres, mesmo que não haja uma competição real em questão. Esse padrão também foi revelado pelas participantes que indicaram não terem recebido apoio consistente de outras mulheres, nem mesmo das amigas, e de terem sido julgadas por várias conhecidas. Um exemplo disso foi a mãe de um dos meninos integrantes do grupo em que

Ângela enviou sua foto, que culpou a menina e desresponsabilizou o filho, apesar de ele ter repassado a foto.

Outra motivação relatada foi a prova de virilidade do menino que expôs a adolescente. A virilidade sexual – e heterossexual – é ensinada como uma característica identitária para os homens, havendo amplas punições para aqueles que subvertem essa lógica (Von Smigay, 2002). O papel da virilidade pode ser percebido nos estudos de *sexting* pelo fato de os homens não serem punidos, mas sim recompensados quando têm suas próprias fotos expostas, ao contrário do que ocorre com as mulheres (Walker et al., 2013). Essa masculinidade precisa ser constantemente provada exibindo, dentre outras coisas, as conquistas sexuais. A partir disso e da objetificação feminina, a exibição das mulheres como troféus se torna frequente e aceitável. Essa naturalização foi notada nos resultados, pois o adolescente que expôs a participante o fez para divulgar que havia perdido sua virgindade e não foi julgado ou repreendido pelo comportamento de espalhar as fotos. Ao contrário, a adolescente relatou que soube da exposição por um amigo do ofensor, e ele a questionou por ter tirado a foto, mas não o amigo por ter exposto sua intimidade. A necessidade de revelar a iniciação na vida sexual também exemplifica como a virilidade sexual é vista como central para homens, algo que os faz homens melhores e “de verdade”. Já o fato de ele não ter sido punido retrata, novamente, como homens tendem a ser poupados de seus erros, inclusive por se verem como cúmplices, e como a agressividade masculina é legitimada socialmente (Saffioti, 1994).

Os prejuízos sociais da forma como os homens são subjetivados na sociedade atual, foram constatados nas entrevistas quando as participantes relataram que os meninos que já as violaram, tanto na exposição das fotos quanto nas situações de estupro e/ou assédio que já vivenciaram, não reconhecem que praticaram uma violência. Esses resultados evidenciam o adoecimento das masculinidades, visto que enquanto os homens forem educados para provar sua masculinidade a todo momento, geralmente por meio de força e dominação, a violência contra a mulher e contra outros homens continuará sendo frequente (Medrado et al., 2011).

Destaca-se que o fato de as expectativas sociais acerca da sexualidade serem opostas para homens e mulheres, dominação para eles e passividade para elas, deixa as mulheres mais vulneráveis por dificultar a identificação de violação de direitos (Murta et al., 2012). Isso também foi observado na entrevista da participante que afirmou não ter compreendido durante um estupro sofrido que estava sendo estuprada. Além de as duas entrevistadas terem relatado que demoraram a entender a exposição de suas fotos como uma violação, já que o corpo feminino é visto como domínio dos homens.

A dificuldade em reconhecer direitos sexuais pode ser compreendida a partir do *déficit* de educação sexual, pois isso ainda é pouco discutido com adolescentes (Barros et al., 2015). As participantes afirmaram que não tinham informações sobre sexo ou sobre *sexting* e, por isso, sabiam o que era, mas não sabiam como fazer de maneira segura. Até mesmo o reconhecimento sobre o que de fato é *sexting* pode ser questionado no caso da participante que foi coagida a produzir a foto, visto que, como defendido por Silva et al. (2016), apenas podem ser consideradas *sexting* as mensagens produzidas de forma consensual. As mensagens que façam uso de coerção são abuso de direitos, não caracterizam o fenômeno. Os relatos salientaram que a falta de informação pode comprometer a interpretação sobre o que é saudável e o que passa dos limites, caracterizando abuso nas experiências sexuais. Isto é, as informações fornecidas em uma educação sexual de qualidade poderiam ter sido preventivas em algumas situações vivenciadas pelas adolescentes.

Murta et al. (2012) defendem que a educação sexual deve ser um programa planejado considerando criticamente a cultura, o contexto e o público alvo, promovendo a desconstrução de pensamentos hegemônicos discriminatórios e sexistas. Os autores propõem que um programa para ensinar direitos sexuais e reprodutivos e diversidade sexual deve incluir adolescentes, equipe escolar e familiares. A educação sexual deve conter técnicas psicoeducativas para instruir e para desenvolver habilidades sociais de proteção em situações de violência de gênero e abuso de direitos sexuais (como interromper interações abusivas, por

exemplo), além de auxiliar a identificação de fatores de risco e proteção, de rede de apoio e de recursos comunitários (Murta et al., 2012). Faz-se necessário ter em vista que, diante das mudanças nas interações trazidas pela tecnologia e da alta frequência de *sexting* entre jovens, os programas de educação sexual também devem incluir orientações sobre esse tipo de relação para garantir direitos e saúde sexual de adolescentes.

Ressalta-se que a educação sexual também é prevenção de agravo, o que foi demonstrado nos resultados a partir das falas das adolescentes afirmando que ter mais informações sobre sexualidade saudável foi necessário para reduzir o sentimento de culpa. Além disso, as entrevistadas relataram situações posteriores em que conseguiram proteger a si e a amigas de possíveis abusos por reconhecerem os riscos e descreveram como teria sido a forma mais protetiva de enviar fotos nuas. Destaca-se que a adolescente que relatou ter tido maior contato com conhecimentos feministas e de direitos da mulher apresentou uma mudança de perspectiva mais notória sobre a própria história e menos impactos intensos a longo prazo, o que reforça que a educação sexual é também uma prevenção necessária. Ela sinalizou que essa aprendizagem foi fundamental para ela compreender que não estava errada e que a sociedade é marcada por desigualdade de gênero.

Dada a relevância dos programas de educação sexual apresentada e a faixa etária que as participantes indicaram como a mais comum para o início da prática de *sexting*, compreende-se que a implementação desses programas em escolas desde o início da adolescência pode prevenir muitos casos de violações atreladas à troca de mensagens sexuais. Outro fator que deve ser ressaltado como recurso necessário para proteção dos adolescentes é a rede de apoio, principalmente familiar (Moscoso-Alvarez et al., 2016). As participantes salientaram o impacto negativo de não terem tido uma rede imediata e apontaram o valor do suporte familiar, inclusive como uma forma de prevenção de outras situações. Uma das participantes afirmou, por exemplo, que acredita que consegue identificar melhor situações de sexismo por poder conversar com a mãe, e apontou a dificuldade das amigas acerca do

assunto por não terem a mesma oportunidade. Esse resultado é importante tanto para cuidadores quanto para profissionais, pois revela que o acolhimento e o apoio, tanto fornecendo informações quanto auxiliando em resoluções de problemas, são pontos fundamentais para o desenvolvimento da sexualidade saudável dos adolescentes (Cairano et al., 2009).

Considerações finais

Esse estudo, além de trazer características da prática do *sexting* e da exposição indesejada, demonstra como o fenômeno é indissociável da análise de gênero. Os resultados apresentados apontam como as concepções sociais sobre ser homem ou mulher permeiam desde as motivações para a produção das mensagens e fotos até as consequências de uma exposição não consentida. É importante salientar que as motivações para a exposição também parecem ser mais complexas do que é comumente divulgado, visto que não foram apresentadas motivações de vingança por ex-companheiros, demonstrando que a exposição de *sexting* não é o mesmo que vingança pornô. É necessário apontar essa diferença para que se compreenda as motivações de exposição de forma mais ampla, sistêmica e contextualizada, a fim de produzir intervenções adequadas.

Também se faz urgente demarcar a diferença entre *sexting* e violência. A troca de mensagens sexuais e/ou a produção de imagens de conteúdo sexual devem ser tratadas como *sexting* apenas quando ocorrerem de forma consensual, sem nenhum tipo de violência ou coerção. Qualquer ação não consentida não caracteriza mais parte da prática do *sexting*, mas sim uma violência. As intervenções devem considerar essa divergência de conceitos e definições para evitar que a prática seja confundida com violações. Ademais, também deve-se ressaltar que a idade de início da prática tem sido antes das intervenções de prevenção, o que sugere que as intervenções devem ser pensadas para o público mais jovem. As intervenções devem ter como foco a prática saudável do *sexting*, uma vez que o proibicionismo apenas

deixa os adolescentes mais vulneráveis por não fornecer informações de segurança para prevenir exposições e coerções.

A pesquisa tornou evidente a necessidade da educação sexual na escola, já que as participantes indicaram o ambiente escolar como o de maiores impactos e não relataram nenhuma atuação imediata efetiva das escolas em que estudavam. Destaca-se que a educação sexual deve ser planejada considerando os aspectos de gênero apresentados, visto que eles se mostraram inerentes ao fenômeno e não se pode desconsiderar que essas relações são gendradas. Também é essencial compreender que gênero não é apenas uma categoria de análise, mas sim uma relação de poder que é interseccional e está relacionada a raça e classe. Portanto, a discussão de gênero deve abarcar as diferentes realidades de mulheres a depender de suas características físicas, sociais e econômicas. Esse estudo teve como limitação o fato de as participantes serem meninas com características semelhantes e ambas brancas e magras. Considerando o intenso sofrimento relatado por mulheres que se encaixam no padrão hegemônico de beleza, sugere-se para estudos futuros que sejam realizadas pesquisas com mulheres marginalizadas para compreender como a prática e as consequências ocorrem com mulheres que têm sobreposições de violências e discriminação.

Referências

Alonso-Ruido, P., Rodríguez-Castro, Y., Pérez- André, C., & Magalhães, M. J. (2015).

Estudio cualitativo en un grupo de estudiantes ourensanos/as sobre el fenómeno del sexting. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (13), 58-62. doi: [10.17979/reipe.2015.0.13.319](https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.13.319).

Arruzza, B., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*.

Boitempo Editorial.

Bannink, R., Broeren, S., van de Looij-Jansen, P. M., de Waart, F. G., & Raat, H. (2014).

Cyber and traditional bullying victimization as a risk factor for mental health problems

- and suicidal ideation in adolescents. *PLoS One*, 9(4), 94026. doi: [10.1371/journal.pone.0094026](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0094026).
- Barros, S. C., Ribeiro, P. R. C., & Quadrado, R. P. (2015). *Sexting* na adolescência: problematizando seus efeitos no espaço escolar. *Perspectiva*, 33 (3), 1185-1204. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1185>
- Barros, S. C. & Ribeiro, P. R. C. (2016). O *sexting* e o dispositivo da sexualidade. *Ensino em revista*, 23(2), 411-436. doi: <http://dx.doi.org/10.14393/ER-v23n2a2016-5>
- Cardoso, A. T., Falcke, D., & Mosmann, C. P. (2019). Sexting: percepções de adolescentes sobre o fenômeno e acerca do papel das relações familiares. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 665-685.
- Cerqueira-Santos, E., Neto, O. C. M, & Koller, S. H. (2014). Adolescentes e adolescências. In: L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Orgs.). *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp.17-29). Porto Alegre: Artmed.
- Ciariano, S., Kliewer, W., & Rabaglietti, E. (2009). Adolescent risk behavior in Italy and the Netherlands: A cross-national study of psychosocial protective factors. *European Psychologist*, 14(3), 180-192.
- Drouin, M., Vogel, K. N., Surbey, A., & Stills, J. R. (2013). Let's talk about *sexting*, baby: Computer-mediated sexual behaviors among young adults. *Computers in Human Behavior*, 29, 25-30. doi: [10.1016/j.chb.2012.12.030](https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.12.030).
- Englander, E. (2012). Low risk associated with most teenage sexting: A study of 617 18-year-olds. *Massachusetts Aggression Reduction Center Research Reports*, 6, 1-12.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Flach, R. M. D., & Deslandes, S. F. (2019). Sociabilidade digital e o abuso nos relacionamentos afetivos-sexuais contemporâneos. In: C. C. P. Brasil, A. M. F. Catrib, J.

- M. P. Caldas. (Orgs.). *Tendências e tecnologias na promoção de saúde nos espaços educacionais*. Fortaleza: EdUECE.
- Gassó, A. M., Mueller-Johnson, K., & Montiel, I. (2020). Sexting, *online* sexual victimization, and psychopathology correlates by sex: Depression, anxiety, and global psychopathology. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *17*, 1018. doi:10.3390/ijerph17031018
- Grov, C., Gillespie, B. J., Royce, T., & Lever, J. Perceived consequences of casual *online* sexual activities on heterosexual relationships: A U.S. *Online* survey. *Archives of Sexual Behavior*, *40*(2), 429-39.
- Hasinoff, A. A. (2017). Sexting and Privacy Violations: A Case Study of Sympathy and Blame. *International Journal of Cyber Criminology*, *11*(2), 202-217.
- Houck, C.D., Barker, D., Rizzo, C., Hancock, E., Norton, A., & Brown, L. K. (2016). *Sexting* and Sexual Behavior in At-Risk Adolescents. *Pediatrics*, *133*, 276–282. doi: [10.1542/peds.2013-1157](https://doi.org/10.1542/peds.2013-1157).
- Korenis, P., & Billick, S. B. (2014). Forensic Implications: Adolescent Sexting and Cyberbullying. *The Psychiatric Quarterly*, *85*, 97–101. doi: 10.1007/s11126-013-9277-z.
- Lionço, T. & Diniz, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: T. Lionço & D. Diniz (orgs.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio* (pp.47-71). Brasília: Letras Livres.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: G. L. Louro (org). *O corpo educado* (pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Madigan, S., Ly, A., Rash, C. L., Van Ouytsel, J., & Temple, J. R. (2018). Prevalence of multiple forms of sexting behavior among youth: A systematic review and meta-analysis. *JAMA pediatrics*, *172*(4), 327-335.

- Manoel, D. F., Lordello, S. R., Souza, L., & Pessoa, A. S. G. (2020). Sexting e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 37-50.
- Medrado, B., Lemos, A. R., & Brasilino, J. (2011). Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. *Psicologia em Estudo*, 16(3). doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000300014>
- Mejía-Soto, G. (2014). Sexting: una modalidad cada vez más extendida de violencia sexual entre jóvenes. *Perinatología Reproducción Humana*, 28(4):217-221. Retirado de <https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumen.cgi?IDARTICULO=56367>
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Jones, L. M., & Wolak, J. (2012). Prevalence and Characteristics of Youth *Sexting*: A National Study. *Pediatrics*, 129(1), 13-20. doi: 10.1542/peds.2011-1730.
- Moscoso-Alvarez, M. R., Rodríguez-Figueroa, L., Reyes-Pulliza, J. C., & Colon, H. M. (2016). Adolescentes de Puerto Rico: Una mirada a su salud mental y su asociación con el entorno familiar y escolar. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 27(2), 320-332.
- Murta, S. G., et al. (2012). Programa de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes: um relato de experiência. *PsicoUSF*, 17(1), 21-32.
- Ross, J. M., Drouin, M., & Coupe, A. (2019). Sexting coercion as a component of intimate partner polyvictimization. *Journal of interpersonal violence*, 34(11), 2269-2291.
- Saffioti, H. I. B. (1994). Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos feministas*, 443-461.
- Souza, L., & Lordello, S. R. M. (2020). Sexting e violencia de gênero entre jovens: uma revisão integrativa de literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36. doi: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3644>

- Silva, R. B., Teixeira, C. M., Vasconcelos-Raposo, J., & Bessa, M. (2016). Sexting: Adaptation of sexual behavior to modern technologies. *Computers in Human Behavior, 64*, 747-753.
- Von Smigay, K. E. (2002). Sexismo, homophobia e outras expressões correlatas de violencia: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista, 8*(11), 32-46.
- Walker, S., Sanci, L., & Temple-Smith, M. (2013). Sexting: young women's and men's views on its nature and origins. *Journal of Adolescent Health, 52*(6): 697-701. doi: [10.1016/j.jadohealth.2013.01.026](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.01.026).
- Weisskirch, R. S., Drouin, M., & Delevi, R. (2016). Relational anxiety and sexting. *Journal of Sex Research, 1-9*. doi: [10.1080/00224499.2016.1181147](https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1181147).
- Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2014). “Sexting” and its relation to sexual activity and sexual risk behavior in a national survey of adolescents. *Journal of Adolescent Health, 55*, 757-764.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Considerações finais da dissertação

Os estudos sobre o *sexting* ainda são recentes e a dinâmica da prática é pouco conhecida, principalmente no âmbito nacional. O artigo I demonstrou que o número de pesquisas no contexto latino-americano é reduzido e é de suma importância que sejam feitos mais estudos acerca de como o fenômeno ocorre nas diversas realidades sociais. Ademais, a maior parte das pesquisas é quantitativa, realizadas por meio de questionários com perguntas objetivas, o que não favorece compreensões sobre as percepções subjetivas dos praticantes, como era interesse dessa pesquisa. Assim, é relevante que sejam feitas mais pesquisas qualitativas ou de método misto, que favoreçam apreender o que as pessoas pensam sobre a prática do *sexting* e como a vivenciam. Observa-se que, apesar de terem ocorrido mudanças na legislação nos últimos anos, elas não foram acompanhadas de transformações sociais ou de intervenções efetivas acerca do tema.

As visões popularizadas sobre a troca de mensagens sexuais permanecem em dois extremos: a naturalização que não prevê criticidade e avaliação de riscos ou a proibição absoluta que desconsidera as novas formas de expressão de afeto e da sexualidade. É importante compreender que o *sexting* é uma manifestação legítima da sexualidade e que os riscos atrelados não são inerentes à prática, mas não podem ser desconsiderados para o exercício saudável da sexualidade. O estudo do fenômeno deve considerar os aspectos contextuais, que permitem uma análise mais completa e conectada à realidade social. As pesquisas que compõem essa dissertação evidenciaram que a prática do *sexting* é permeada por fatores sócio-históricos, especialmente a desigualdade de gênero. Portanto, as análises sobre a dinâmica do *sexting* e sobre as consequências da exposição devem ser geradas, de modo que não só se descreva as diferenças da prática para homens e mulheres, mas se compreenda porquê essas desigualdades ocorrem.

A disparidade de tratamento entre os gêneros feminino e masculino foi constantemente evidenciada na dinâmica da prática e da exposição do *sexting*. Essa diferença foi percebida

não só em relação às consequências após a exposição, mas nas solicitações de fotos, no uso de coerção e nas motivações. Esses resultados chamam atenção para a forma como homens e mulheres são socializados no Brasil e salientam a necessidade de os papéis de gênero serem desconstruídos. A relação das mulheres com o próprio corpo e a necessidade de agradar homens foi notada em diferentes momentos nas entrevistas realizadas e isso mostra o quanto a forma de socialização atual é prejudicial para mulheres. Diversas vulnerabilidades relatadas e observadas nos casos das adolescentes e na literatura sobre *sexting* demonstram o aumento da vulnerabilidade de mulheres decorrente das expectativas sociais impostas sobre elas. Destaca-se, ainda, que essas relações são perpassadas por outros aspectos, como raça e classe, e esses fatores não podem ser dissociados.

Considerando que os riscos do *sexting* estão relacionados a outros fenômenos sociais e a violências, é importante estabelecer estratégias preventivas contextuais. Os resultados revelados nos artigos II e III evidenciaram a necessidade de educação sexual, visto que as pessoas sabem pouco sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, além de não terem conhecimento sobre como exercer a sexualidade de forma saudável, o que as torna mais vulneráveis para comportamentos sexuais de risco e abusos. Apesar de essa lacuna ser observada entre praticantes de todas as idades, compreende-se que a educação sexual acerca do tema deve ser iniciada na adolescência, pois é nessa fase que comumente as pessoas têm o primeiro contato com o *sexting*. A realização de uma educação sexual de qualidade pode evitar situações de abusos de direitos e favorecer o exercício saudável da sexualidade, no contexto virtual ou não.

É necessário demarcar que, apesar das tentativas em desvalidar a educação sexual sob o pretexto de uma falsa “ideologia de gênero”, essa intervenção é indispensável para a proteção de crianças e adolescentes. Conforme apresentado neste trabalho, as interações sexuais, inclusive o *sexting*, têm se iniciado cedo e parte da vulnerabilidade se deve ao fato de as adolescentes só terem informações sobre sexo advindas de outros adolescentes. Ou seja,

eles sabem o que é, mas não sabem como fazer de forma segura. Deve-se considerar que a geração é uma categoria fundante, como raça e classe, o que significa que profissionais e familiares devem compreender as demandas e as peculiaridades da adolescência e das novas gerações. Não se pode esperar que as gerações vivenciem experiências sexuais e sexualidade da mesma forma que as anteriores. O *sexting* se mostra cada vez mais uma forma de relacionamento sexual atual e deve ser incluído nas discussões de sexualidade. É urgente saber que não falar sobre o assunto não impede as relações de acontecerem, apenas faz com que ocorram de forma mais desprotegida. Isto evidencia que a falta da educação sexual gera diversos prejuízos, tanto acerca da desproteção quanto por dificultar o desenvolvimento de uma sexualidade prazerosa e saudável.

A escola tem papel fundamental na educação sexual – principalmente no que se refere às interações digitais – considerando que é comum que questões relacionadas à sexualidade surjam nesse contexto, como primeiras experiências sexuais, referências sobre sexo advindas de colegas ou mesmo casos de exposição de mensagens. No entanto, é observada uma lacuna de informações no contexto escolar, que se abstém do tema ou o trata apenas pelo viés fisiológico e biológico. Como pontuado anteriormente, o proibicionismo e a falta de diálogo dificultam que interações sexuais positivas, pois ao contrário do que se propaga, as relações não deixam de acontecer, apenas acontecem de forma menos informada e protegida. Isto significa que os adolescentes estão mais propensos a vivenciarem abusos e têm menor probabilidade de terem experiências sexuais prazerosas, respeitadas e positivas. A partir disso, defende-se que é urgente uma discussão mais qualificada sobre sexualidade no ambiente escolar, de forma que as pessoas tenham acesso à informação desde jovens e, assim, sejam evitadas violências.

A capacitação de profissionais da escola também foi uma necessidade identificada neste trabalho. As adolescentes que vivenciaram exposições de fotos declararam pouco ou nenhum suporte da equipe escolar, apesar de a maior parte das represálias sofridas ter

ocorrido na escola. É necessário que os profissionais sejam capacitados para tratar do assunto, para encaminhar as vítimas para serviços de atendimento e para não permitir as represálias no ambiente escolar. Atualmente, observa-se que as escolas em geral se omitem do debate, não se envolvem na discussão do tema e não intervêm quando ocorre vitimização. Mesmo no caso relatado no artigo III da adolescente que teve sua foto impressa e distribuída no ambiente escolar os profissionais não tiveram nenhuma intervenção significativa para ela. Essa postura é mais uma forma de vitimização, pois reduz a rede de apoio e valida as agressões perpetradas. A omissão muitas vezes ocorre pela inabilidade dos profissionais em tratar do assunto, portanto, capacitar esses trabalhadores é essencial. A escola pode e deve funcionar como uma rede de apoio, e nos casos apresentados no artigo III, por exemplo, muitos impactos negativos poderiam ter sido evitados se tivesse ocorrido manejo adequado da equipe escolar.

A família também tem papel importante na instrução sobre sexualidade e deve ser incluída nos programas de educação sexual. Tanto para prevenção de abusos quanto para suporte em casos de vitimização, ter uma rede de apoio sólida se mostra fundamental para redução de impactos negativos e prevenção de agravos. Destaca-se que o acolhimento foi colocado pelas participantes como algo fundamental e que não é frequente as meninas receberem essa acolhida em casos de exposição de *sexting*. Isso é observado em notícias, filmes, e outras falas populares sobre o fenômeno. O desejo de falar sobre o assunto com pessoas que acolham e entendam foi ressaltado em diversos momentos. O artigo III mostrou também como o suporte positivo pode ser significativo para reduzir consequências negativas, pois a adolescente que tinha um bom diálogo com a mãe destacou a importância disso para compreender outras situações de abuso e prevenir novas ocorrências. É preciso ressaltar que o suporte de amigos e familiares também deve ser qualificado para evitar intervenções que gerem mais prejuízos que benefícios.

Portanto, intervenções de divulgação de informação de qualidade e de conscientização social acerca do *sexting* e de igualdade de gênero são essenciais para que as pessoas não reproduzam preconceitos e culpabilizações, como afirmar que a mulher não “se deu o respeito” ou dizer que a vítima está tão errada quanto o agressor por ter enviado a foto. Esse tipo de discurso provoca uma nova vitimização da mulher e funciona como uma punição à revelação do abuso, o que faz com que muitas mulheres não denunciem violências sofridas. A revitimização é observada em diversos casos de violência contra a mulher e parte de diferentes agentes, desde familiares até profissionais. Recentemente, foi exposto na mídia em um caso de ampla divulgação nacional como a culpabilização da mulher pode ocorrer mesmo em espaços institucionais e do Estado. É urgente que esse assunto seja debatido para que outras mulheres não vivenciem situações de revitimização quando denunciam abusos e para que as intervenções com vítimas sejam apropriadas, sem a reafirmação da lógica patriarcal que violenta mulheres.

Além de intervenções ampliadas, a conscientização social também pode ser feita por meio de produtos técnicos, como cartilhas ou vídeos informativos, com os conhecimentos essenciais para se falar sobre *sexting* e gênero. De modo que sejam apresentados os riscos da prática e formas de prevenção, mas sem criminalizá-la ou proibi-la. Além disso, deve-se buscar favorecer o exercício positivo da sexualidade, de forma que não apenas se foque na prevenção, mas também na promoção de uma sexualidade satisfatória, prazerosa, livre e respeitosa. Compreendendo que a sexualidade é mais que sexo e que é essencial para todas as pessoas, é preciso que as intervenções de educação sexual também tenham como objetivo oportunizar uma vivência mais positiva da sexualidade, sem preconceitos, pudores ou proibições. Entende-se que para se experienciar uma sexualidade saudável também é necessário falar sobre gênero, sobre liberdade de orientação sexual, sobre sexismo e outros fatores que possam estar associados. Assim, a educação sexual deve ser libertadora e não

reforçar a heterocisnormatividade imposta socialmente, mas sim apresentar horizontes que abarquem todas as complexidades da sexualidade humana.

Conforme citado anteriormente, é fundamental que o *sexting* seja estudado a partir de fatores contextuais. Uma limitação dos trabalhos empíricos desta dissertação foi a ausência de representações de experiências de mulheres de diferentes contextos. Sugere-se que pesquisas futuras busquem compreender como as violências de gênero observadas na dinâmica da prática e de possíveis exposições são distintas para mulheres de diferentes etnias, corpos, realidades econômicas e idades. Também é relevante que sejam feitos grupos com as mulheres, de forma que elas possam trocar experiências e falar sobre suas percepções com pessoas que tiveram vivências similares. Outra limitação observada neste estudo foi o fato de ter sido utilizado apenas um questionário no artigo II para investigar sobre as visões sociais acerca da prática. Também identificamos como limitação o fato de o questionário ter sido feito exclusivamente de forma *online*, pois a modalidade não abarca pessoas sem inclusão digital, o que impossibilitou que contemplássemos de forma satisfatória a diversidade do contexto brasileiro. Indica-se a realização de pesquisas com método misto ou qualitativo para que seja possível conhecer mais detalhes das percepções das pessoas sobre o *sexting* saudável, sem violências atreladas. Por fim, sugere-se que sejam realizadas pesquisas com pessoas de identidades de gênero diversas.

A pesquisa apresentada nesta dissertação foi iniciada ainda na graduação a partir de uma inquietação pessoal e profissional ao observar recorrentemente a desigualdade nas consequências sociais para homens e mulheres em casos de exposição não consentida de *sexting*. É imprescindível que os profissionais da saúde mental percebam a responsabilidade que temos em denunciar as opressões que adoecem a população e em favorecer mudanças sociais para que as pessoas tenham maior qualidade de vida, podendo viver suas subjetividades sem repressão por quaisquer características. A luta contra opressões e a favor

de uma sociedade livre deve ser parte de nossa atuação profissional, a fim de nos tornarmos recursos de proteção e de promoção de saúde para todos.